Este primeiro volume de **América Latina: História de Meio Século** é um levantamento preciso e minucioso das transformações da política e da economia no Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – no período que vai de 1925 a 1975. Em todos estes países, com pequenas variações, se repete o mesmo esquema de dominação: nos primeiros tempos, a presença marcante do imperialismo inglês aliado às oligarquias latifundiárias, conservadoras e autoritárias. Após a Primeira Guerra Mundial, junta-se a estas forças o capitalismo norte-americano. Entre 1954 e 1976, a região foi submetida a ditaduras militares inspiradas pela ideologia da segurança nacional, que objetivava sufocar as insatisfações populares, mantendo estas nações como satélites na órbita dos Estados Unidos.



ISBN: 85-230-0252-9

AMÉRICA LATINA

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



Pensamento Latino-Americano e Caribenho

2. *BRASIL: NACIONALISMO, POPULISMO E DITADURA. CINQÜENTA ANOS DE CRISE SOCIAL*

Vania Bambirra
Theotonio dos Santos

I. NOTA PRÉVIA

É difícil sintetizar os últimos cinqüenta anos da história das lutas de classes no Brasil. Este tem sido um período cumulado de confrontos, cuja interpretação sem dúvida tem suscitado várias controvérsias. Não é possível fazer aqui uma análise exaustiva dos múltiplos aspectos da evolução da sociedade brasileira. Nós nos limitaremos, portanto, a destacar em grandes linhas somente aqueles fatos que nos parecem cruciais para explicar as características básicas do capitalismo dependente em nosso país e das vicissitudes do movimento popular e revolucionário. Com isso desejaríamos conseguir uma aproximação das perspectivas que se abrem e se projetam para o destino do povo brasileiro.

Depois de uma ligeira análise introdutória, destinada a aclarar alguns dos antecedentes históricos que são chaves para se entender o sentido do desenvolvimento que define os grandes marcos nos quais se configuram as principais classes sociais do presente século, trataremos de enfocar a etapa das cinco décadas que nos corresponde analisar, dividindo-a em duas grandes fases.

a) A primeira, a fase do processo revolucionário democrático-burguês, que alcança sua plenitude nos anos 30 e que se estende até o começo da década de 50, é o período áureo do desenvolvimento do nacionalismo populista, da afirmação do poder hegemônico da burguesia industrial, da decadência do velho poder burguês-oligárquico, da consolidação da classe operária, da expansão das classes médias e da frustração e marginalização política e econômica do campesinato.

b) A segunda é a fase que começa a gestar-se partir do pós-guerra e que se caracteriza por uma mudança de qualidade no funcionamento da estrutura do sistema de dominação dependente. A penetração intensa do capital estrangeiro, especialmente na indústria manufatureira, produz a desnacionalização dos principais meios de produção, aprofunda a dependência e frustra definitivamente qualquer aspiração a um desenvolvimento nacional independente. É a trágica culminação da revolução burguesa num país periférico. É o final grotesco do nacionalismo populista frente à rearticulação de um novo pacto de poder da burguesia local com o imperialismo. O golpe militar de março-abril de 1964 foi o golpe de misericórdia no velho esquema de dominação populista a partir do qual tratou-se de consolidar no país um regime ditatorial, que não oculta suas características neo-fascistas, destinadas a manter o capitalismo dependente.

Durante o curso destas duas grandes fases, trataremos de destacar como o movimento operário busca sua afirmação através de um tortuoso trajeto, semeado de dificuldades que provêm de suas debilidades orgânicas e políticas. E como emerge um movimento popular mais amplo, que incorpora difusos setores urbanos pequeno-burgueses, tais como estudantes, profissionais liberais, burocratas, subempregados, ou como o camponês, que desponta na onda de ascensão do movimento de massas que percorre o país nos inícios dos anos 60. Nesta época crucial da história brasileira ocorrem fenômenos de mui profundo significado social. Não apenas a burguesia alcança a plenitude de sua maturidade como classe exploradora ao completar sua compreensão prática de que sua sobrevivência estava intimamente ligada à associação estreita com o imperialismo e a adoção de um regime de terror; também os setores populares começam a entender que é necessário superar as ilusões do populismo burguês. É então que começa um questionamento generalizado do reformismo. E, sem dúvida, o maior estímulo provém do exemplo fascinante da Revolução Cubana.

Esta etapa se caracterizou pela circunstância de que, enquanto a burguesia era já uma classe madura e veterana, o movimento popular e a classe operária em especial começavam por esta época a adquirir consciência crítica de seus erros, de seu papel e sobretudo de sua tremenda força. Os acontecimentos se precipitaram, a repressão foi implacável e o que era promessa passou a ser um sonho. Sonho profundo nas mais recônditas entranhas deste enorme país. De repente, por volta de 1967-1968, o movimento popular de novo despertou; já havia acumulado mais experiências, mas não todas as necessárias para começar a virada da história. E, de novo, a mesma implacável resposta: repressão e terror, mas agora combinados com a fanfarrona ostentação de um desenvolvimento que, em síntese, pode ser definido assim: excludente e superexplorador. O povo brasileiro não teve conhecimento, em sua vida de sofrimentos quotidianos, dos benefícios desse desenvolvimento para os ricos.

Veio a depressão do capitalismo no nível internacional. Nos anos 1974 e 1975 todos os países capitalistas se viram afetados de maneira mais ou menos intensa pela crise. A sociedade brasileira, permeável de ponta a ponta aos infortúnios do capitalismo metropolitano, viu-se altamente afetada. E o povo brasileiro, marginal aos frutos da época do desenvolvimento, volta durante a crise a representar a ameaça que ressurge, que reivindica seu papel protagônico não só por trás dos bastidores, mas no centro do cenário.

Entendemos que as análises das sociedades só adquirem alguma importância substancial se conseguem pelo menos indicar — e não somente em função de nossos desejos, mas com base na investigação científica — as perspectivas que se vislumbram para o porvir dos povos.

Na medida do possível, no limitado âmbito deste ensaio, trataremos de

nos orientar neste sentido e buscaremos fazer, no final do trabalho, breves referências críticas a algumas das recentes colocações que se têm efetuado no Brasil a propósito do "modelo brasileiro" por parte dos teóricos burgueses.

Lamentavelmente, devido a este ensaio ter limitações de espaço, não será possível desenvolver uma análise dos pontos de vista da oposição social-democrata, como tampouco do processo de superação da esquerda na estratégia e na tática. Da mesma maneira, muitos outros assuntos terão de ser tratados superficialmente e, desde já, nos desculpamos por isso ante nossos leitores.

II. INTRODUÇÃO

Uma das características mais notórias do Estado brasileiro desde sua formação no século XIX tem sido seu caráter autoritário. Durante o Império, forma de governo que se constitui ao ser obtida a independência de Portugal, o poder moderador do imperador representava uma autoridade máxima que se superpunha à dominação oligárquica, não para diminuir seus efeitos opressivos sobre a nova nação que se gestava, mas antes para impor-se sobre qualquer eventual rebeldia liberalizante, contrária ao capitalismo dependente que se gestava no país com base no trabalho dos escravos. A escravidão sobreviveu mais de meio século à Colônia e sua abolição, em 1888, por parte da filha do imperador, correspondeu antes aos interesses criados pela nova etapa do expansionismo inglês (necessidade de estimular a expansão de mercados para os produtos manufaturados do Império britânico) que às veleidades libertárias dos oligarcas nativos, apesar do fato de que, tendo-se já estabelecido o monopólio da terra em mãos de uns poucos latifundiários, tornava-se mais econômico contratar assalariados ou explorar a mão-de-obra através de uma ampla gama de relações de produção semi-servis que seguir mantendo a força de trabalho escrava.

A proclamação da República em 1889, que correspondia às novas aspirações modernizadoras e liberalizantes das diversas facções da oligarquia, marca a primeira intervenção militar no destino da nação. Pela história dos governos da jovem República haverão de desfilar várias personagens militares.

A vocação opressora manifestou-se bem cedo e ultrapassou os limites nacionais. Como um prelúdio das tendências expansionistas, o Brasil integrou a Tríplice Aliança junto com o Uruguai e a Argentina e se lançou numa guerra feroz contra o Paraguai, que culminou com o genocídio de cinco sextos de sua população.

As classes dominantes brasileiras, que sem dúvida detêm a hegemonia do poder político e econômico até os finais dos anos 20, são as oligarquias que estão vinculadas, direta ou indiretamente, com o setor primário exportador e a posse monopólica da propriedade da terra. Daí provém seu parado-

xal ecletismo quanto a suas concepções ideológicas; são conservadoras enquanto beneficiárias do sistema agroexportador, que tratam de preservar, ao mesmo tempo em que instrumentalizam toda uma concepção liberal e livre-cambista que obstaculiza o protecionismo da indústria nacional. São modernizadoras na medida em que introduzem no setor agroexportador toda uma série de inovações tecnológicas para tornar mais eficiente o sistema produtivo e para permitir intensificar o comércio com as metrópoles; estimulam a formação e expansão de um mercado livre da força de trabalho, condição para que floresçam as relações de produção tipicamente capitalistas[1]; promovem um relativo e intenso processo de modernização de novos serviços e locais públicos e tratam de reproduzir na periferia o ambiente moderno que caracteriza a vida das grandes cidades das metrópoles capitalistas. No entanto, toda essa modernização que a burguesia agroexploradora de fato promove está intrinsecamente limitada pela própria estrutura produtiva que a aciona e que a paralisa: a economia primário-exportadora.

A economia brasileira, na medida em que se encontra centrada na produção para a exportação de produtos agrícolas, particularmente o café, é capaz de assimilar, dentro de certos limites, uma tecnologia moderna (e os limites estão dados pela abundância de mão-de-obra barata), mas não tem capacidade para produzir esta tecnologia. Nisso reside a razão de fundo de a oligarquia agrário-exportadora ser uma classe essencialmente conservadora, pois só pode relacionar-se com o mundo moderno, capitalista, a partir da perspectiva do vendedor ou do consumidor, jamais a partir da do produtor dos instrumentos científicos e tecnológicos do desenvolvimento. Daí provém sua necessidade de aferrar-se ao *status quo,* de pôr-se numa atitude refratária às mudanças verdadeiramente modernizadoras, de frustrar a emergência de novos setores produtivos, de novas classes sociais. Só dessa maneira pode manter intacto e inquestionável seu poder hegemônico.

Contudo, seu conservadorismo é uma vã ilusão. Pois é do próprio seio do sistema oligárquico que começa a gestar-se um lento mas paulatino processo de industrialização e configuram-se as novas classes que passarão a ser as protagonistas dos capítulos seguintes da história.

III. A INDUSTRIALIZAÇÃO E AS CLASSES SOCIAIS

Já nos finais do século XIX se registram os primeiros sintomas significativos de um processo de industrialização. Vários artigos manufaturados de consumo popular (têxteis, calçados, alimentos etc.) são produzidos por uma incipiente indústria nacional.

Que fatores possibilitaram o surgimento e a expansão deste embrião industrial? Sem dúvida o fator explicativo fundamental reside na configu-

(1) Uma das originalidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina é o fato de que suas relações de produção típicas se desenvolvem primeiramente no setor primário.

ração e articulação de um mercado interno, produto da generalização — mais intensa numas regiões que em outras — das relações capitalistas de produção que, pouco a pouco, vão obtendo o predomínio do setor-chave da economia, ou seja, o cafeeiro, base da exportação.

A produção de café em alta escala, especialmente na região de São Paulo, embora coexista com relações de produção pré-capitalistas (semi-servis), configura já, no fundamental, um modo de produção capitalista típico, pois se articula com base na separação entre os proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, da oferta *livre* da força de trabalho.

A proliferação das relações capitalistas típicas se explica em última instância como resultante de um profundo processo de modernização do setor primário-exportador (o que também ocorre em vários outros países latino-americanos)[2], conseqüência da nova etapa de expansão do capitalismo mundial, em especial o da Inglaterra. Esta nova etapa, que se costuma chamar segunda revolução industrial, e que se caracterizou pela produção mecânica das máquinas de fazer máquinas, acarreta efeitos substanciais na reorganização do sistema produtivo dependente, que deve tornar-se mais eficiente para poder suprimir as necessidades crescentes de produtos agrícolas e matérias-primas das metrópoles. Estas precisam de estimular na periferia do sistema capitalista a expansão de mercados aptos para consumir a produção em série de seus artigos industriais. Como já mencionamos, é neste contexto que se insere a abolição da escravidão no Brasil.

Obviamente, a dinâmica modernizadora do aparato produtivo exportador estende seus efeitos ao conjunto da sociedade dependente, tendendo a generalizar as conseqüências da formação do mercado livre de trabalho. Assim, "é o mesmo processo que gera a divisão internacional do trabalho o que, por sua vez, cria as condições para a expansão dos mercados nacionais e, portanto, engendra os elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras"[3].

No Brasil, o fenômeno ocorre de maneira muito típica: a expansão da produção agrícola em alta escala destinada à exportação amplia o monopólio da terra, tende a restringir progressivamente as áreas da economia de subsistência, a proletarizar uma parte significativa do campesinato[4], e também a expulsar rumo aos núcleos urbanos outros contingentes de camponeses, que ali vão oferecer-se como trabalhadores em troca de exíguos salários. Tende-se a reproduzir, pois, na periferia do sistema, embora de maneira caricaturesca, o processo que caracterizou a expansão do capitalis-

(2) Veja-se a este respeito Vânia BAMBIRRA, *El capitalismo dependiente latinoamericano*, México, Siglo XXI, 1974, capítulo IV, pp. 32 ss.
(3) *Op. cit.*, p. 35.
(4) Embora a cafeicultura absorva também uma fração importante da mão-de-obra dos imigrantes europeus e dos escravos libertos.

mo metropolitano e que foi descrito por Marx como a acumulação capitalista originária. O capitalismo desenvolvido projeta assim sua imagem ao país dependente, que trata de assimilá-la através de um espelho que a distorce torpemente.

A distorção do modelo clássico de desenvolvimento capitalista provém do fato de o processo de acumulação de capitais se realizar no exterior utilizando as divisas geradas pelas exportações.

A industrialização surge como atividade complementar das necessidades de consumo engendradas pela expansão do setor primário que, por sua parte, está voltado para a satisfação dos requisitos expansionistas do novo auge industrialista metropolitano. Os mecanismos básicos do funcionamento do capitalismo na América Latina, desde seu berço, revelam seu caráter intrinsecamente dependente e subjugado aos interesses dominantes do capitalismo nas potências mais desenvolvidas. E revela também como esta dependência ultrapassa os limites das relações meramente comerciais, ao estabelecer dentro de determinados parâmetros as possibilidades e o caráter do desenvolvimento das forças produtivas num nível nacional.

No entanto, na medida em que se vai articulando e expandindo o mercado interno, a proliferação da base industrial tende a adquirir um dinamismo próprio, especialmente em função de sua contribuição à expansão deste mercado. Em outras palavras, ao empregar mão-de-obra assalariada para atender a uma demanda preexistente de produtos manufaturados, a indústria estimula ao mesmo tempo a expansão da demanda. A intensificação do processo, no curso das primeiras décadas do século, sem questionar a sobrevivência do setor agrícola exportador, tende a pôr na ordem do dia a necessidade de redefinir as prioridades do desenvolvimento quanto a metas, estímulos, proteção estatal, em suma, controle hegemônico do poder. Na medida em que se vai afirmando, o desenvolvimento industrial reivindica ser o articulador central do processo de acumulação capitalista. Um grande impulso nesta direção ocorre durante o período da guerra européia que se estende de 1914 a 1918. A situação de conflitos bélicos cria condições favoráveis à expansão da indústria, pois diminui o fluxo de produtos manufaturados metropolitanos para o Brasil ao mesmo tempo em que intensifica a demanda de matérias-primas e produtos agrícolas. Isto gera uma maior demanda insatisfeita de artigos industriais, impulsiona o processo que se costumou chamar substituições de importações, isto é, a troca de importação de bens de consumo final pelas compras de máquinas e equipamentos para ampliar a base industrial do país. Tal situação se deu na mesma época em vários países da América Latina, como México, Argentina, Chile e Uruguai, e já foi descrita de maneira exaustiva por historiadores, economistas e sociólogos. Entretanto, em geral, os analistas explicam o processo de industrialização a partir das condições favoráveis geradas pela guerra e pela crise econômica de 1929 como se se houvessem produzido de repente as condições para que funcionassem automaticamente estes mecanismos de

substituição de importações. Não se trata aqui de desmerecer o impacto desenvolvimentista da industrialização sobre as sociedades dependentes e em particular sobre a brasileira; mas consideramos que é de importância crucial — para explicar em toda sua amplitude e rigor as condições que permitiram a industrialização não só no Brasil mas nos outros países mencionados — não perder de vista os fatores essenciais que a tornaram possível: a) a estruturação de um mercado interno e b) a organização de um sistema produtivo industrial com base em relações capitalistas. Ambos começam a gestar-se, como faces da mesma moeda, já em fins do século XIX; prosseguem sua expansão durante os primeiros anos do século XX e são a condição *sine qua non* para que se possa aproveitar a favorável conjuntura gerada pelo conflito bélico, no sentido de impulsionar a substituição de exportações suntuárias por importações de máquinas e equipamentos industriais. É muito importante ter presente estes requisitos básicos preexistentes ao novo auge industrializador, pois só desta maneira é possível compreender por que esta especial situação internacional (e posteriormente outras, como a grande depressão do capitalismo mundial que começa em 1929 e a guerra mundial de 1939-1945) estimula industrialização em alguns países latino-americanos enquanto os demais atravessam um período de crises e estancamento, sem nenhuma possibilidade de promover mecanismos substitutivistas de importações e de criar uma base industrial significativa, como foi o caso dos países centro-americanos, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela etc.

São pois estes fatores-chaves que possibilitam que o eixo do sistema de dominação dependente se vá reorientando em função do novo pólo dinâmico do sistema, vale dizer, a industrialização. É natural que no processo despontem novas classes sociais que aspiram a ocupar o principal cenário da vida econômica, política e social do país. E surgem e vão acumulando forças uma burguesia e um proletariado industriais. A jovem e ainda fraca burguesia industrial brasileira se encontra, desde suas origens, ante uma aguda contradição: por um lado, necessita afirmar seus interesses particulares que são protecionistas e reformistas através do questionamento do poder oligárquico vinculado à propriedade da terra e ao sistema exportador; mas, por outro lado, necessita das divisas geradas pelo mesmo setor para continuar promovendo a expansão industrial. Além desta contradição básica, a aproximação com um nível mais concreto de análise revela outra contradição que dilacera e limita substancialmente seus interesses particulares de classe: a simbiose e os empresários industriais. É certo que muitos destes são imigrantes europeus ou seus filhos, ou provêm originalmente da categoria artesanal, mas, sem dúvida, muitos encontram sua origem na classe latifundiária ou entre as frações de classe vinculadas de uma ou outra maneira ao setor exportador.

Estes complexos mecanismos de simbiose das frações das classes dominantes brasileiras, desde o início do processo de industrialização, dão-nos as bases para a compreensão das limitações da "revolução" democrático-burguesa que impulsionará a burguesia industrial em seu momento de auge. O auge coincidirá com o primeiro governo de Vargas.

Também o proletariado brasileiro teve, desde suas origens, de percorrer um penoso caminho para dissociar seus interesses de classe das frações da classe dominante (burguesia industrial sobretudo), que paralisavam o desenvolvimento de sua consciência de classe.

O proletariado industrial encontra suas origens em dois grandes setores sociais: por um lado, procede do campo. É o camponês que foi deslocado para as cidades, por causa da expansão e da especialização do setor exportador o qual, como antes mencionamos, eliminou amplas áreas da economia doméstica de subsistência. Por outro lado, provém do auge da imigração originada principalmente de países europeus — particularmente da Itália —, imigração que foi especialmente intensa em fins do século XIX e começos do XX. Sendo a origem do proletariado industrial camponês e artesanal, foi ela que modelou nas três primeiras décadas do século uma mentalidade paternalista, por um lado, e individualista, por outro. Nada de estranho, portanto, que o proletariado brasileiro fosse uma presa fácil das idéias anarquistas, primeiro, e, posteriormente, das idéias populistas, que embora se tenham sucedido no tempo (a decadência do anarquismo no Brasil coincide aproximadamente com o desenvolvimento do populismo no meio operário, passando por uma curta mediação de uma relativa preponderância comunista entre 1924-1935), em verdade ambos, anarquismo e populismo, encontram na origem de classe pequeno-burguesa do proletariado brasileiro o terreno abonado para sua proliferação. Dessa maneira, nas primeiras lutas da classe operária no Brasil, no início do século XX, a ideologia que a mobiliza é a anarquista. A liderança sindical recém-constituída[5] se inspira no bakuninismo e no proudhonismo, concebendo um sindicalismo livre, que oriente o descontentamento da classe rumo à destruição do sistema de dominação política em geral.

De 1917 até 1920 se registra o auge das lutas operárias sob a orientação anarquista. O impacto da revolução bolchevique foi acolhido com estusiasmo pelos anarquistas no Brasil. Interpretaram-na, num primeiro momento, como uma revolução libertária, sem compreender seu profundo conteúdo nem os ensinamentos marxistas-leninistas. No país, esta época era de aguda crise política e econômica, de baixa nos níveis de expansão industrial que

(5) Em 1906, realiza-se no Rio de Janeiro o I Congresso Operário Brasileiro, que reúne 43 delegados representantes de 25 organizações sindicais, anarquistas, e de quatro diários e se funda a Confederação Operária Brasileira (COB). Em 1908, a COB dirigiu a campanha contra a guerra e o alistamento militar obrigatório, promovendo grandes manifestações de protesto. Em 1913, realizou-se o II Congresso da COB e iniciou-se a luta contra a lei Adolpho Gardo que permitia a expulsão dos operários estrangeiros sob o pretexto de que eram criminosos comuns, com o objetivo de decapitar o movimento operário. Nesta época, "o Congresso aconselhou ao proletariado do Brasil, em caso de guerra, a declarar-se em greve geral revolucionária". É interessante levar em consideração que naquela ocasião o proletariado brasileiro atingia a cifra de 300 mil pessoas.

haviam existido nos anos da guerra. Isto se refletia no aumento vertiginoso do custo de vida, junto com a perda do poder aquisitivo dos salários e a ameaça do desemprego.

No ano de 1917 ocorre a grande greve geral na cidade de São Paulo, que se estendeu também ao interior deste Estado assim como ao Rio de Janeiro, chegando a apresentar algumas manifestações insurrecionais. Reivindicava-se a jornada de oito horas de trabalho diário e aumento salarial. São Paulo esteve durante vários dias sob o controle dos operários. Neste clima, os patrões aceitam conceder as reivindicações mas, uma vez terminada a greve, a ação implacável do aparato repressivo do Estado se fez sentir imediatamente, através da expulsão dos dirigentes estrangeiros e do assassinato dos nacionais.

O sindicalismo anarquista estava convencido de que poderia derrubar o Estado opressor por meio de uma greve geral revolucionária. Esta foi preparada para o ano de 1918 e começou no Rio de Janeiro e em Niterói, mas fracassou ante uma intensa repressão. Em 1919 voltam a estalar novas greves em São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Niterói e Rio, que tentam desesperadamente derrubar o Estado brasileiro e culminam no desgaste do movimento, esmagado por uma cruel repressão. Em seu auge, o anarquismo revela sua impotência, resultado de sua incapacidade de elaborar uma estratégia e tática adequadas às condições objetivas, de constituir alianças, de orientar efetivamente a classe operária para acumular forças para lograr conquistas parciais, mas significativas, e se põe a nu sua incapacidade teórica, política e orgânica. Assim se geram as condições para sua superação.

As classes dominantes, assustadas pelo impacto do movimento operário, não só utilizam a repressão como tratam de fazer algumas concessões que se expressam nas primeiras leis trabalhistas: 1921, casas populares; 1923, fundo de aposentadoria e pensão para os ferroviários, e 1925, lei que regulamenta os feriados.

Durante os anos 20, o movimento operário atravessa um período de autocrítica desta primeira etapa, sem nenhuma dúvida grandiosa e heróica, ainda que utópica em seus objetivos[6]. A manifestação mais transcendente desta autocrítica foi a organização dos primeiros grupos comunistas constituídos por membros dos sindicatos operários em 1921 e a constituição, em fevereiro de 1922, do Partido Comunista Brasileiro.

O PCB surge como uma cisão do anarquismo e com uma base fundamentalmente proletária. Por essa época, a cifra do proletariado brasileiro chegava a quase um milhão. Em julho de 1922 o partido foi tornado ilegal, condição na qual passará quase toda sua existência, com a exceção de um curto período durante os anos quarenta. A história do PCB, à qual nos referiremos de alguma maneira nas páginas seguintes, esteve semeada de equívocos de caráter estratégico e tático que os próprios dirigentes têm reconhecido em várias ocasiões, mas sempre foi sobretudo cheia de dificuldades motivadas pela necessidade de lutar a partir das adversas condições da clandestinidade, tendo de enfrentar uma dura repressão que sempre caracterizou o funcionamento do aparato estatal brasileiro. O PCB durante os anos 20 foi um partido composto essencialmente de elementos provenientes da classe operária; nos anos 30, o partido se abriu à pequena burguesia que o hegemonizou e passou a assumir seu controle orgânico e a influir em sua linha política. O representante mais destacado da hegemonia das classes médias no interior do partido foi sem dúvida Luís Carlos Prestes, que se transformou em seu líder indiscutível, embora somente nos anos 40 passasse a ocupar o posto de secretário-geral. Posteriormente nos referiremos à direção prestista. É importante, todavia, destacar que o predomínio da pequena burguesia sobre o PCB não foi um fenômeno aleatório. Correspondeu a um momento histórico crucial, não só para a história do partido como também de maneira notável para a vida da sociedade brasileira como tal. Foi chamado por diversos analistas o período da emergência das classes médias[7].

As classes médias vinham-se formando paulatinamente, vinculadas a atividades complementares à expansão do setor agroexportador, que se concentravam nos núcleos urbanos. Entre estas atividades destacam-se as burocrático-administrativas, os serviços em geral, as organizações de defesa — militares e civis —, as profissionais-liberais, as técnicas e culturais. Na medida em que se vai expandindo a industrialização amplia-se o campo de atividades destas classes, e na medida em que a indústria tende a afirmar-se como eixo principal do sistema produtivo, com vistas ao controle do sistema de dominação em seu conjunto, era natural que as classes médias tendessem à identificação de suas perspectivas com as do projeto modernizante e industrialista.

Não é necessário repetir em detalhes aqui a análise, já por demais conhecida, das características específicas destas classes, da ausência de um projeto próprio coerente para a sociedade em seu conjunto. Limitar-nos-emos a assinalar que por sua própria condição de intermediárias no processo produtivo, as classes médias no geral tendem a adotar a perspectiva das classes dominantes ou daquelas classes que aspiram à dominação, ostentando um projeto que as beneficie bastante. Sem dúvida, há setores das classes médias que adotam a perspectiva de classe distinta por idealismo ou por uma postura científica. Mas isto ocorre em maior escala em situações

(6) Uma análise deste período se encontra em Everardo DIAS, *As lutas sociais no Brasil*, Edição L.B., São Paulo, 1962.

(7) A literatura política e sociológica tem utilizado de maneira muitas vezes indiscriminada o termo pequena burguesia para designar tanto os pequenos proprietários de seus meios de produção como os profissionais, estudantes, empregados em serviços, burocratas, etc. Estes são setores assalariados que podem ser designados tanto por pequena burguesia assalariada quanto por classe média.

pré-revolucionárias ou revolucionárias, quando o poder existente se encontra profundamente questionado. No Brasil, importantes setores das classes médias evoluíram desde um projeto oligárquico-liberal que, como destacamos, era essencialmente conservador, rumo ao projeto democrático-burguês que era sobretudo protecionista, nacionalista e revolucionário, dentro dos limites bem precisos nos quais era possível ocorrerem transformações na estrutura produtiva e no sistema político do país dependente. Naturalmente, a opção por este último projeto satisfazia de maneira muito mais ampla as reivindicações específicas destas classes, pois elas seriam beneficiadas na medida em que se ampliassem as possibilidades de novos empregos, de maior participação política e social, condições que só poderiam ser cumpridas por uma reorganização qualitativa do sistema de poder com vistas a estimular e proteger o desenvolvimento econômico. São estas razões de fundo as que explicam a precipitação no cenário político de líderes provenientes das classes médias que sustêm a bandeira das transformações democrático-burguesas.

IV. DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO LEVANTAMENTO DE 1935

O impulso industrializador dos anos da guerra punha na ordem do dia a necessidade de levá-lo mais além de onde havia chegado, e as arcaicas instituições políticas, jurídicas, culturais eram um freio para seu desenvolvimento. Urgia portanto questioná-las em suas raízes. O movimento operário, a quem caberia a tarefa histórica de empreender tal trabalho, estava numa fase de claro declínio, que correspondia ao desgaste da orientação anarquista. A orientação marxista apenas começava a esboçar-se através da formação do PCB, que não havia conseguido assimilar sequer as mais rudimentares lições do marxismo[8], e cuja base social era muito reduzida. Existia, portanto, no cenário político do país, um amplo espaço para ser ocupado pelos líderes das classes médias, os quais começaram a preenchê-lo. Primeiro, através de manifestações e levantamentos isolados, que logo foram assumindo a forma de uma contestação mais contínua e articulada até culminar, em 1930, com a revolução.

Os líderes oriundos das classes médias vão crescendo e conquistando a adesão popular, arrastando sob sua condução setores de origem camponesa e operária. Desde o levantamento do Forte de Copacabana em 1922, que foi uma manifestação restrita e isolada das massas, passando pela revolta dos oficiais em São Paulo, dirigida pelo general Isidoro Dias Lopes, até a legendária Coluna Prestes, que se forma em 1924, adotando o nome de seu líder, o capitão Luís Carlos Prestes, e que percorreu o país durante dois anos e

(8) É muito sintomático o fato de a Comintern ter recusado o primeiro pedido de ingresso do PCB por causa da insuficiência teórica deste.

meio, combatendo as forças repressivas que a perseguiam sem conseguir nunca inflingir-lhe uma derrota sequer, foi-se afirmando no Brasil um clima revolucionário que punha em questão os aspectos mais retrógrados da dominação oligárquico-burguesa tradicional.

A oposição ao regime trata de institucionalizar-se através da formação da Aliança Liberal durante o governo de Arthur da Silva Bernardes, que se estende de 1922 a 1925. O presidente tem de recorrer ao estado de sítio para manter a ordem. O governo seguinte, de Washington Luís, tem de enfrentar uma onda crescente de descontentamento e agitações. Tudo isto culmina, no ano de 1930, quando Júlio Prestes é declarado vencedor em eleições decerto fraudulentas, em detrimento de Getúlio Vargas, que havia sido governador do Rio Grande do Sul e candidato à presidência pela Aliança Liberal. Em outubro começa a rebelião no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba. As tropas gaúchas marcham rumo ao centro comandadas pelo próprio Vargas e pelo tenente Góis Monteiro. Juarez Távora, companheiro de Prestes em sua Coluna, toma com suas tropas a Bahia e o Recife. O país se convulsiona de norte a sul e o processo revolucionário culmina com a vitória.

Não é possível empreender aqui uma descrição pormenorizada dos acontecimentos que, além do mais, já têm sido expostos por vários autores. Queremos, entretanto, destacar dois fatos: primeiro, que embora a mobilização social que culminou com a vitória revolucionária fosse empreendida no curso dos anos 20 pela liderança de classe média, notoriamente por militares, em especial os tenentes, a essa mobilização se somaram não só os setores populares, mas também setores provenientes da própria oligarquia. O próprio Getúlio Vargas era um próspero latifundiário e, no entanto, assumiu a liderança da luta cujo alvo fundamental era o poder oligárquico e desenvolveu, durante seus dois períodos governamentais, uma política que correspondia essencialmente aos interesses industriais, ainda que tenha feito várias "concessões" substanciais à velha oligarquia. Isto se explica em parte pela mencionada simbiose de interesses mas, sobretudo, pela consciência de setores das classes dominantes da necessidade de impulsionar os interesses fundamentais do sistema de dominação em seu conjunto, para tratar de criar as condições indispensáveis para o desenvolvimento do núcleo central da acumulação capitalista: a base industrial. É por isso que Vargas, sendo originário da oligarquia latifundiária, se transforma no governante que representa, na história do Brasil, a expressão mais fidedigna do poder burguês-industrial que se conquista pela vitória da revolução de 1930.

É importante destacar que esta é uma hegemonia comprometida, pois não elimina definitivamente a oligarquia, ao contrário, mantém seus privilégios, embora abra passagem no sistema de dominação para a burguesia industrial. Este sistema se torna mais complexo e impuro e, embora seja certo que a burguesia industrial impõe suas metas e suas reivindicações específicas, ela tem de coexistir e pactuar com a velha oligarquia, resultando deste

pacto uma dominação que bem pode ser definida como burguesa-oligárquica. Esta hegemonia comprometida revela o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente brasileiro. É por isso que só se pode considerar esta "revolução burguesa" como tal na medida em que não se perca de vista sua especificidade básica que consiste em sua imposibilidade de golpear profunda e decisivamente seus "inimigos" e provocar uma transformação definitiva e radical da situação de dependência e no sentido da independência econômica nacional, a integração do mercado interno e da população na economia e na sociedade capitalista. Apesar dos novos níveis em que se situarão estes problemas em conseqüência da industrialização do país, eles permanecerão não resolvidos e clamarão por novas soluções em novos contextos.

A crise do capitalismo mundial que começa em 1929 sem dúvida ajudou a acelerar o processo revolucionário, pois golpeou os interesses cafeeiros em especial e pôs na ordem do dia a necessidade uma alteração substancial do poder oligárquico que se fundamentava na velha "política dos governadores". Esta política estava assentada no controle das "clientelas" eleitorais, isto é, no domínio paternalista dos eleitores por chefes locais. Com a vitória da revolução, este fenômeno não desaparece, mas passa a ser mediatizado pelo governo de Vargas, que é a expressão do novo pacto de poder. Desta maneira, a figura do grande cacique se sobrepõe aos sistemas caciquistas locais e, embora coexista com eles, redefine-os em função dos novos interesses hegemônicos. A burguesia industrial se aproveita assim das pautas de funcionamento do sistema oligárquico no nível político assim como se aproveitará também mais intensamente de seu aparato econômico. Exemplo muito claro disso se encontra no chamado "confisco cambial" que permitia ao Estado subvencionar os cafeicultores em troca de obter o controle do grosso das divisas obtidas com a exportação. O financiamento estatal do café mantinha sua produção, favorecia por um lado a oligarquia mas, por outro, e isso era o fundamental, suas receitas eram usadas para custear a compra de matérias-primas e máquinas para a indústria. Temos chamado este fenômeno de "acumulação externa de capitais", ou seja, a necessidade de que o capitalismo dependente inclua na reprodução do sistema o setor externo. Isto significa que o setor de bens de produção — setor I, como o chamou Marx — se acha no exterior, nos países capitalistas desenvolvidos.

A revolução de 1930 satisfaz amplamente as relativamente modestas reivindicações específicas das classes médias: ao estimular o desenvolvimento industrial, Vargas implanta toda uma política amplamente protecionista da indústria nacional e a substituição de importações, favorecida pela grande depressão do capitalismo mundial. Criam-se novas oportunidades de emprego; trata-se de "moralizar", ampliar e racionalizar a admissão ao serviço público; elabora-se uma nova Constituição em 1934 que busca de-

mocratizar o sistema político[9], expandem-se as obras públicas, modernizam-se as cidades e se absorve mais mão-de-obra profissional, técnica etc. Os tenentes são promovidos na hierarquia militar e, pouco a pouco vão ocupando importantes funções nas empresas públicas e privadas.

O governo de Vargas se destaca também por sua capacidade de fazer algumas concessões à classe operária (previdência social, estabilidade no emprego, direito de sindicalização) por exercer sobre ela um amplo controle paternalista-populista.

Voltaremos em seguida a nos referir às relações do populismo varguista com a classe operária. Resta mencionar aqui que se houve uma classe absolutamente menosprezada pela revolução burguesa no Brasil — tanto por Vargas quanto pelos governantes que lhe sucederam — foi sem dúvida a camponesa. Sua situação permaneceu tal qual no passado: despojada progressivamente de suas terras, analfabeta, doente e faminta. O caráter intocável da questão agrária revelava de maneira contundente o pacto oligárquico-burguês que fez com que a burguesia industrial abdicasse de promover uma reforma agrária, embora esta fosse uma condição de suma importância para a ampliação do mercado e para a promoção de um intenso desenvolvimento das forças produtivas.

Em segundo lugar, é relavante destacar a atitude do PCB e de seu então aliado, Luís Carlos Prestes, frente à revolução de 1930. O fato é importante porque Prestes, por causa da epopéia da Coluna, se transformou no grande herói nacional e, portanto, correspondia a ele liderar o processo revolucionário. Esta situação era tão clara que a própria liderança burguesa e pequeno-burguesa, em seus preparativos antes do alçamento, se dirigiu a Prestes oferecendo-lhe a direção do movimento porque compreendia a enorme importância de sua condução das massas. Entretanto, Prestes, que já por então estava convertendo-se ao comunismo, em contacto com a direção latino-americana do Comintern e com o PCB, não assimilou corretamente a concepção leninista de que o partido proletário deve conduzir a classe trabalhadora para dirigir a revolução democrática-burguesa. Voltou as costas ao movimento revolucionário em gestação e lançou um manifesto cujos pontos centrais eram: a denúncia da "farsa eleitoral" dos politiqueiros, da falsa democracia, que "no fundo, não era mais que uma luta entre interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiqueiros brasileiros entregam a nação, de mãos e pés amarrados". Denunciou também o latifúndio e convocou à "insurreição generalizada" declarando que "só um governo de todos os trabalhadores, baseado num conse-

(9) Posteriormente, institui-se a Constituição do Estado Novo, em 1937, que suplanta as aspirações democráticas apoiando-se em princípios ditatoriais através de seu caráter corporativista.

lho de trabalhadores da cidade e do campo, soldados, marinheiros, poderá cumprir tal programa"[10].

Esta equivocada concepção estratégico-tática que consiste em tratar de saltar por cima da etapa democrático-burguesa do processo revolucionário representava uma reprodução mecânica, no Brasil, da linha traçada pelo Comintern, chamada por Molotov a linha do "terceiro período", isto é, a orientação de uma ofensiva generalizada dos PCs, no plano mundial, para a tomada do poder com base na organização de um poder ao estilo soviético, como resposta à crise econômica de caráter revolucionário que se esperava e que de fato ocorreu a partir de 1929. Esta linha incluía um confronto com a social-democracia, considerada a inimiga principal dentro do movimento operário por causa de sua política reformista que objetivamente servia ao fascismo. Os movimentos social-democratas e suas expressões nos países coloniais em movimentos democráticos de libertação nacional ficavam definidos como um "social-fascismo". É óbvio que tal orientação tinha de fracassar no Brasil, como fracassou em toda parte. A sociedade e o proletariado brasileiro, em especial, não estavam ainda maduros para se proporem a realização de uma revolução socialista. Tal linha política revelava um desvio tipicamente esquerdista e sem dúvida engendrou um isolamento do PCB em relação às amplas massas.

Pouco tempo depois o PCB, através de Prestes, fez uma autocrítica desta posição, mas tampouco compreendeu que a oportunidade histórica da revolução democrático-burguesa já havia passado e tentou restabelecer uma aliança democrática antiimperialista por meio da formação da Aliança Nacional Libertadora, que se lançou tardiamente ao assalto ao poder, pensando contar com o apoio de uma burguesia nacional que, já então, se havia incorporado ao Estado.

Assim, expressou sua nova posição:

"Marchemos, pois, rapidamente, à implantação de um governo revolucionário popular em todo o Brasil, um governo do povo contra o imperialismo e o feudalismo que demonstrará na prática às massas trabalhadoras do país o que é a democracia e a liberdade. (...) Cabe às próprias massas a iniciativa de organizar a defesa de suas reuniões, de garantir a vida de seus chefes e de preparar-se ativamente para o *momento do assalto*. A idéia do assalto já amadureceu na consciência das grandes massas. Cabe a seu chefe organizá-las e dirigi-las". Ao final, o PCB definiu o caráter da Aliança Nacional Libertadora: é "uma ampla e vasta organização da frente única nacional".

Em linhas gerais, o programa que a ALN preconizava era o seguinte: golpear o imperialismo através da suspensão das dívidas imperialistas, nacionalizar suas empresas, proteger a indústria nacional, distribuir as terras, determinar as liberdades democráticas etc. Tal programa teria consistido,

(10) Estes textos são citados por Abguar BASTOS, *Prestes e a revolução social,* Calvino, 1946.

em 1930, na radicalização do programa revolucionário burguês. Entretanto, em 1935, quando já se havia estabelecido a aliança da burguesia industrial com a oligarquia, quando os interesses imperialistas já haviam sido resguardados através do novo pacto do poder, a nova onda revolucionária, articulada extemporaneamente, tinha de fracassar. O governo Vargas, expressão da hegemonia burguesa comprometida com os interesses oligárquico-imperialistas, tinha em suas mãos o firme controle da situação política e econômica. Em conseqüência, cercou a ALN assim como a Confederação Única do Brasil, que manejava os sindicatos comunistas e independentes.

O alçamento se produziu em pontos dispersos do país, mas foi prontamente sufocado. A revolução burguesa já se havia consumado no fundamental, a economia já começava a robustecer-se, a burguesia não tinha, pois, nenhuma razão de lançar-se numa nova aventura junto a aliados tão incômodos.

O levantamento de 1935, apesar de seu heroísmo, foi sem dúvida um reencontro dos tenentes convertidos ao socialismo, sob a orientação stalinista, com suas origens pequeno-burguesas, com seu aventureirismo e falta de senso político-tático. O poder burguês tinha agora todos os pretextos para aumentar sua repressão contra o Partido Comunista e para começar a disputar em melhores condições o controle ideológico e orgânico das classe operária por meio do populismo varguista.

Em 1938 Vargas reprimiu também uma intentona de caráter fascista, dirigida por Plínio Salgado, e aproveitou esta oportunidade para fortalecer o denominado Estado Novo, que havia instaurado em novembro de 1937, sob a excusa de prevenir uma insurreição comunista.

V. DO ESTADO NOVO À DEMOCRACIA LIBERAL

O Estado Novo representava na prática uma ditadura bonapartista que tratava de apresentar-se como um "Estado amálgama" dos interesses de todas as classes (excluída a camponesa), mas que representava de fato a imposição sobre o conjunto da sociedade dos interesses da burguesia industrial.

A organização de tipo corporativo, sob a qual Vargas articulou a representação frente ao Estado das diferentes classes, estava inspirada nos moldes nazi-fascistas vigentes na época, que sem dúvida despertavam a admiração do ditador gaúcho.

Vargas concedeu à classe operária uma legislação trabalhista e uma previdência social. Criou também um novo sindicalismo "amarelo" através do qual passou a exercer o controle estatal sobre o movimento operário. Orquestrou uma intensa propaganda que o apresentava como "o pai dos pobres" e que encontrou na origens camponesas do operário um terreno favorável.

O getulismo criou, portanto, a tradição política do populismo no Brasil: uma liderança pessoal que era exercida em nome dos interesses do po-

vo, um programa amplo de desenvolvimento industrial com aspectos muito limitados de "justiça social". A implantação da política burguesa industrialista se fazia através de uma burocracia e tecnocracia civil e militar proveniente das classes médias e de uma eficiente liderança da própria classe burguesa que, utilizando o controle populista do getulismo sobre o movimento operário, mediatizado pela liderança sindical "amarela", frustrava a auto-organização e independência da classe operária, ao mesmo tempo em que manipulava os interesses dos setores mais atrasados, como o subproletariado.

Ao ser derrubado em 1945 por um golpe de Estado que estabelece um regime democrático, Vargas cria dois partidos que lançarão na nova democracia um projeto político: como seu braço esquerdo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para onde convergem a classe operária e os setores populares em geral, e cuja direção é controlada diretamente por Vargas, por uma de suas filhas e por seus homens de confiança no movimento sindical; como seu braço direito, o Partido Social Democrático (PSD), dirigido por seu genro e por outra de suas filhas, que representava sem subterfúgios os interesses burgueses e oligárquicos.

No cenário político brasileiro coexistirão outros partidos políticos. O principal, a União Democrática Nacional (UDN) congregava as forças de oposição ao Estado Novo, apoiando-se nas classes médias liberais, no liberalismo econômico da oligarquia agroexportadora e contava com um forte apoio do capital internacional. O PCB havia subsistido clandestinamente com seu dirigente Luís Carlos Prestes preso, e havia estabelecido uma aliança com Vargas a partir de 1941, quando este abandonou seus flertes com o fascismo e se uniu aos Aliados contra o Eixo. Entre 1941 e 1945, Vargas acentuou sua política populista e contou com o apoio do PCB para consolidar sua base operária. Ao cair Vargas, o PCB recuperou, porém, sua legalidade e se apresentou às eleições, alcançando uma larga votação. Dois anos depois, o PCB teve de lutar outra vez na clandestinidade em conseqüência da política de guerra fria.

A hábil política de Vargas de criar dois partidos democráticos permite ao antigo ditador levar ao poder, em 1946, seu antigo ministro da guerra, o marechal Eurico Gaspar Dutra, do PSD; o esquema getulista de forças permanece incólume e, em 1950, através do maciço voto popular, canalizado pelo PTB, Vargas volta ao governo.

O governo do marechal Dutra se desenvolveu numa conjuntura marcada pela política imperialista do pós-guerra. No plano econômico, as grandes reservas financeiras, acumuladas durante a guerra pelas exportações de produtos agrícolas e matérias-primas, foram gastas em boa parte na ampliação do consumo de bens duráveis e de luxo, importados dos Estados Unidos. Outra parte das dívidas norte-amricanas e européias foi consumida na compra de empresas estrangeiras decadentes, como as estradas de ferro. Somente uma terça parte foi utilizada para a importação de bens de capital e matérias-primas destinadas a prosseguir a substituição de importações.

Na mesma época, o imperialismo enviou missões técnicas que se encarregaram de levantar os recursos econômicos locais e de sugerir medidas de criação de uma infra-estrutura para realizar as novas inversões industriais que lhe interessavam. O liberalismo cambial, um plano de desenvolvimento infra-estrutural, o começo da "ajuda" do Ponto IV (USAID) e a colocação em forma de *dumping* dos excedentes agrícolas norte-americanos configuravam um conjunto de medidas antipopulares que aumentavam a inflação e a baixa dos superávits do comércio exterior. Em tudo ficavam favorecidos os setores de altos lucros em detrimento das massas.

No plano político, o imperialismo inicia a política de guerra fria e exige medidas de repressão aos partidos comunistas. Dutra segue religiosamente todas as recomendações dos aliados. Muito habilmente, Vargas se distancia do governo Dutra e em 1950 se apresenta como candidato pelo PTB, enquanto o PSD apresentava um candidato continuísta para perder, o senhor Cristiano Machado, cuja *performance* política tão marcadamente artificiosa deu origem ao termo "cristianizar", isto é, apresentar um candidato a quem não se apóia de fato.

Como se comportou o Partido Comunista numa conjuntura tão complexa?

Durante a guerra havia entrado em vigência, no movimento comunista internacional, a linha das frentes patrióticas, que propugnava uma aliança de todos os setores progressistas contra o nazi-fascismo. O PCB, em sua segunda convenção nacional da Mantiqueira, realizada em 1942, adotou a linha da União Nacional que preconizava o respaldo a Vargas e a unidade com a burguesia para lutar contra o fascismo. Prestes estava então na prisão e foi eleito secretário-geral do PCB. Finda a guerra, o PCB voltou a uma efêmera situação de legalidade que só perdurou até 1947.

Em 1945 Prestes, recém-saído da prisão, desfrutava ainda de um grande prestígio, aumentado pela vitória militar da URSS e pela decidida oposição dos comunistas ao Eixo. Foi então que sustentou: "a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária do capital estrangeiro colonizador". Chamou assim ao restabelecimento da "confiança do povo nos políticos", insistindo na "união de todas as classes para a realização de uma tarefa comum"[11].

E insistia que "de imediato, o que convém a patrões e operários é resolver diretamente, de um modo *franco, leal, harmonioso,* por intermédio de comissões mistas nos locais de trabalho ou por acordo mútuo entre os sindicatos de classe, as divergências *criadas pela própria vida*". Prosseguia: "É

(11) Luís Carlos PRESTES, *União nacional para a democracia e o progresso,* Ed. Horizonte, Rio, 1945, p. 13.

por intermédio de suas organizações que a classe operária poderá *ajudar o governo e os patrões* a encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia". Chegou inclusive a afirmar: "Estamos convencidos de que dentro de um parlamento democrático, do qual *participem* genuínos representantes do povo, é possível e *relativamente fácil* encontrar a solução progressista de *todos* os problemas nossos". Até o capital estrangeiro poderia ser "um dos *colaboradores mais eficientes* do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados"[12].

Desta maneira, dava-se a impressão de que a atenuação da luta de classes e a consolidação da democracia burguesa garantiam a liquidação definitiva do fascismo, o progresso, a paz e a salvação nacional.

O PCB cresceu de maneira muito significativa durante o período da legalidade: o número de seus militantes aumentou de quatro mil para duzentos mil. Nas eleições, obteve vários deputados e senadores e seu pouco conhecido candidato à presidência, apesar de uma intensa campanha anticomunista empreendida por Carlos Lacerda – um jornalista de direita, vinculado à UDN –, conseguiu quinhentos mil votos.

Entretanto, a burguesia, através do governo de Dutra, sofreu as pressões do imperialismo e começou a tomar uma série de medidas anticomunistas, como a ilegalidade do PCB e a ruptura de relações com a URSS. O PCB, confinado outra vez à clandestinidade, fez uma nova autocrítica de sua imediata atuação prévia e passou a denunciar o governo Dutra como fascista e a exigir sua renúncia... Entre 1947 e 1949, o movimento comunista mundial passou a uma posição ofensiva que consolidou os regimes da europa oriental e buscou adaptar-se aos golpes recebidos em conseqüência da guerra fria.

Em 1950, por causa do triunfo da Revolução Chinesa e do crescente conflito na Coréia, a nova orientação do movimento comunista mundial foi-se radicalizando e afetou a linha do PCB no sentido de lançá-lo a uma nova ofensiva insurrecional. Esta se expressou no famoso manifesto de agosto de 1950, que, com base numa errônea apreciação da situação internacional e nacional (diagnosticava-se equivocadamente a existência de uma crise do capitalismo mundial e do brasileiro de maneira absolutamente subjetiva, pois este período se caracterizava precisamente por uma grande recuperação econômica...), chamou à formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, muito calcada no "modelo" da Revolução Chinesa. Este manifesto chamou à "organização de luta e a uma ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e escritórios públicos, nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho, nos bairros e nas grandes cidades, nas aldeias e povoados"[13].

(12) Ibidem, pp. 19, 21 e 25. Sublinhados nossos.
(13) Luís Carlos PRESTES, *Manifesto de agosto de 1950,* Horizonte, p. 20.

Convocava "todos, democratas e patriotas, por sobre qualquer diferença de crenças religiosas, de pontos de vista filosóficos (...)". Uma vez mais, o PCB se lançava inoportunamente ao insurrecionismo e tentava, ao mesmo tempo, sobrepor-se às distinções de classes... Preconizava a derrubada da "ditadura feudal-burguesa a serviço do imperialismo" e propunha um "governo revolucionário, emanado diretamente do povo e legítimo representante do bloco de *todas as classes* e estratos sociais, de todos os setores da população do país que participassem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, *sob a direção do proletariado*"[14].

Propunha-se a confiscação das empresas imperialistas e da grande propriedade da terra. A implementação de medidas nacionalistas que conduziriam a um desenvolvimento nacional independente, à democracia e a melhores condições de vida para o povo.

Em 1950, Getúlio Vargas voltou ao governo. O PCB não viu em seu governo uma aproximação com o programa de revolução de libertação nacional pois este exigia a direção da classe operária. Desenvolveu assim uma forte política de oposição a Vargas, apesar de o segundo período de governo de Vargas ter sido marcado por medidas nacionalistas e por uma ampla agitação popular realizada por seu ministro do Trabalho, João Goulart, transformado em herdeiro político do getulismo. A maior conquista do segundo governo Vargas foi a constituição do monopólio estatal do petróleo, através da criação da Petrobrás, companhia que passava a ter o direito exclusivo da prospecção e extração do petróleo (mas não da distribuição e comercialização do produto, atividade muito lucrativa que ficava nas mãos do capital privado e estrangeiro). A luta pela nacionalização do petróleo, de amplo respaldo popular e nas forças armadas, foi impulsionada pelos comunistas e representou sem dúvida um marco importante da luta antiimperialista no Brasil.

A política antiimperialista de Vargas ameaçava estender-se a outros setores. A agitação das massas, promovida por seu próprio ministro do Trabalho, provocou a reação dos militares, que provocou sua demissão. O imperialismo orquestrou uma forte campanha contra a corrupção do governo Vargas. Essa campanha contou com o apoio de amplos setores das classes médias, da oficialidade liberal do Partido Comunista numa linha de oposição insurrecionalista.

A campanha assumiu um nítido caráter golpista. Carlos Lacerda, seu principal líder, exigiu abertamente a deposição do ditador. Uma comissão de investigação, com poderes indefinidos, se instalou nos escritórios da força aérea. Os aliados burgueses de Vargas, particularmente o PSD, buscaram distanciar-se de seu antigo inspirador. Só restavam a Vargas as massas

(14) Ibidem. Sublinhados nossos.

operárias que confiavam numa ação ofensiva. Vargas não se sentia capaz de dirigir um movimento nitidamente popular. Concebeu então o plano de entregar a liderança da nova etapa a seu afilhado político, João Goulart, cujo apelido de "Jango" indicava seu nítido perfil populista, numa época em que Evita Perón e o MNR boliviano davam o tom à liderança política latino-americana.

Em 1954, no auge da campanha moralista que parecia entregar o poder a seus adversários, Vargas se suicidou e deixou com Goulart uma carta-testamento na qual denunciava o complô da oligarquia e do imperialismo contra as medidas populares de seu governo: "Sigo o destino que me é imposto, diz a carta. Depois de anos de dominação e saque pelos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução incontível. Iniciei uma obra de libertação e instituí um regime de liberdade social. Fui obrigado a renunciar".

A carta de Vargas marca uma radicalização inevitável do populismo. Seu recurso ao suicídio revelava o medo de seu líder e sua falta de preparo pessoal para dar os passos políticos revolucionários que a situação exigia. O impacto do ato supremo e de sua mensagem avassaladora foi enorme. As massas se lançaram às ruas. Carlos Lacerda fugiu para os Estados Unidos e o governo de Café Filho, vice-presidente de Vargas, aliado da conspiração, se manteve sob constante pressão popular.

As eleições convocadas para 1955 deram a vitória outra vez ao esquema de forças getulistas. Juscelino Kubitschek foi candidato pelo PSD à presidência. Para garantir seu apoio popular, levava como companheiro de chapa, como candidato à vice-presidência, o herdeiro de Vargas, João Goulart. A oposição apresentou seu melhor quadro, o velho tenente, brigadeiro-doar Eduardo Gomes. Para dividir as forças getulistas, postulou-se com fortes recursos financeiros o líder populista Adhemar de Barros, interventor do estado de São Paulo sob a ditadura de Vargas e que havia sido governador do estado com o apoio do ditador.

A vitória de Kubitschek não foi por maioria absoluta devido à divisão dos votos getulistas, e Lacerda, já de volta ao país, iniciou uma forte agitação contra a posse de Kubitschek e Goulart. O marechal Teixeira Lott, então ministro da Guerra, teve de intervir militarmente para garantir a posse de Kubitschek e Goulart. Os conspiradores haviam sido derrotados, mas só momentaneamente. O governo Kubitschek foi perturbado por tentativas golpistas e o governo posterior de Quadros renunciou sob a pressão dessas forças, que chegaram definitivamente ao poder com o golpe de Estado de 1964.

A agitação havida entre 1954 e 1955 demonstrou os limites de um nacionalismo que para exercer-se tinha de enfrentar uma oposição internacional e nacional muito forte e ativa, e tinha de apoiar-se abertamente nos operários organizados e nas massas populares.

O governo Kubitschek representou o primeiro passo para trás. O esquema getulista continuou no governo, mas seu programa entrou num compromisso tácito com o capital internacional. A "instrução 113", ditada no governo de Carlos Luz, dava todas as facilidades ao investimento estrangeiro: isenção de impostos de importação e de impostos sobre o primeiro ano de vendas, facilidades em terrenos e em créditos. Kubitschek manteve todas estas regalias para o capital estrangeiro e só reivindicou que esses investimentos se destinassem aos setores das indústrias de base (automóveis, química e eletrônica fundamentalmente), defendidos em seu Programa de Metas.

VI. A NOVA DEPENDÊNCIA E O CAPÍTULO FINAL DO POPULISMO

O fato mais transcendental deste novo período é que começa o ocaso do nacionalismo populista e a abertura de uma nova época na qual o capitalismo dependente brasileiro, como todos os demais capitalismos dependentes latino-americanos, descartará sua velha máscara popular e assumirá uma nova face que resulta do novo caráter do sistema dependente. Este se definirá por uma maciça inversão direta de capitais monopolista estrangeiros nos setores básicos da economia brasileira, particularmente no manufatureiro. Tal fato tem profundas conseqüências econômicas, políticas e sociais, pois tende progressivamente a desnacionalizar a propriedade dos meios de produção já existentes e a estender o domínio estrangeiro, através de novas empresas que se criam, como um grande polvo que abarca com seus tentáculos as peças fundamentais do sistema produtivo. À burguesia nacional não resta mais alternativa senão aceitar a situação de sócio menor das empresas estrangeiras ou tentar sobreviver numa posição absolutamente marginal no sistema. Obviamente, seus setores mais lúcidos optam pela primeira solução e, desta maneira, abdicam de sua independência, de seus projetos próprios de um desenvolvimento nacional autônomo. Frustra-se, pois, sem glórias a revolução democrático-burguesa que a burguesia nacional havia impulsionado nos anos 30. O sistema de dominação, que desde seus princípios estava permeado pela dominação colonial e imperialista, começa a abrir-se completamente e em seu eixo central de acumulação capitalista — em sua infra-estrutura industrial — coloca um novo agente: a grande empresa monopolista multinacional.

A burguesia brasileira não tinha como reagir, enquanto classe exploradora, a esta situação. Foram os próprios mecanismos gerados por ela para proteger a indústria nacional da competição estrangeira e impedir a entrada de produtos estrangeiros que terminaram por tornar atrativa para as empresas estrangeiras a instalação de suas sucursais em território nacional.

O imperialismo tinha múltiplos recursos para conseguir penetrar na economia brasileira e controlá-la, como por exemplo o controle da tecnologia por meio das patentes, os sistemas de financiamento condicionados, o controle dos mercados de matérias-primas industrializadas, o abastecimen-

to de equipamentos e máquinas. Como a acumulação de capitais nos países dependentes como o Brasil se processava através do exterior, o imperialismo tinha também sob seu controle o mecanismo básico do funcionamento da reprodução dependente. Foi, portanto, tarefa fácil para ele alterar no substancial as relações que inicialmente se davam num nível comercial — de venda de máquinas-mercadorias – para transformá-las num novo tipo de relações de dependência: inversão direta de máquinas-capital.

A reprodução do sistema capitalista dependente sofre assim uma redefinição estrutural. A dependência passa a ser cada vez mais profunda e a permear o próprio sistema produtivo industrial, eixo da acumulação do capital e fonte de poder de uma possível burguesia nacional.

Agora então, cabe perguntar: não havia deveras nenhuma possibilidade de que a burguesia nativa reagisse? A resposta a esta interrogação dá a chave para a compreensão do abandono, por parte desta burguesia, da postura ideológica nacionalista-populista. Obviamente, para fazer oposição ao novo caráter que a dependência tinha de assumir, a burguesia devia enfrentar o imperialismo. Para isso, era necessário acudir em demanda de um respaldo popular, isto é, mobilizar as massas operárias, camponesas, pequeno-burguesas para uma luta contra a dominação imperialista. O desenvolvimento nacional independente tinha, pois, de processar-se numa estreita aliança com as classes dominadas que, decerto, tratariam de impor seus interesses e garanti-los por meio de um governo que fosse a expressão deles. Tal solução conviria à burguesia? Sem dúvida que não! Por isso, esta nunca chegou a ser uma alternativa real. Seus interesses de classe dominante estão naturalmente unidos, de maneira inexorável, à sobrevivência do modo de produção capitalista. Por tal razão, a burguesia brasileira prefere ser a sócia menor do imperialismo a arriscar-se a um confronto com este e a cair prisioneira de um programa comprometido com as classes populares que tende, inevitavelmente, a um questionamento de sua própria sobrevivência como classe.

O novo caráter da dependência não foi compreendido de imediato pela liderança do movimento operário e popular, particularmente pelo PCB. Esta é a única explicação para a nova linha política que adotou este partido em meados da década de 50 e com base na qual se orientou até finais da década de 60. Durante o último governo Vargas, que representava o último alento nacionalista da burguesia brasileira, o PCB se havia lançado numa campanha contra ele, em nome de uma moralização da vida pública, exigindo o término de seu mandato. Depois de seu suicídio, o PCB se arrependeu uma vez mais de seus erros e se uniu ao movimento espontâneo de protestos antiimperialistas que o suicídio de Vargas, politicamente canalizado, engendrou. Porém, não se deu conta de que esse era exatamente o momento histórico em que a burguesia começava a abdicar de seu nacionalismo, assustada pelo movimento de massas em ascensão e pressionada pelo imperialismo. De acordo com a nova linha política oficializada na convenção de 1958,

o PCB tentou, desesperadamente, até o golpe de 1964 e inclusive depois dele, arrastá-la a uma frente única antiimperialista e antilatifundiária. O PCB se dispôs a fazer concessões substanciais à burguesia e a centrar seu ataque somente no imperialismo e no latifúndio, achando possível separar destes a burguesia "nacionalista e progressista". Sem dúvida, existiam elementos isolados desta classe que poderiam merecer tais adjetivos. Todavia, a burguesia industrial como classe já havia compreendido muito bem onde residiam seus interesses específicos e essenciais. Mas o PCB, incapaz de compreender as mudanças de qualidade que ocorriam no capitalismo brasileiro, preconizava — desde o governo reacionário de Café Filho, que sucedeu a Getúlio, passando pelo de Juscelino Kubitschek, que selou definitivamente o novo pacto oligárquico-burguês-imperialista, assim como durante o efêmero período de Jânio Quadros e até o fim do governo de João Goulart – um governo nacionalista e democrático, através de uma frente única com a burguesia nacional e progressista, no interior da qual o proletariado deveria disputar a hegemonia...

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o capital estrangeiro penetrou maciçamente no país aproveitando-se de uma infra-estrutura energética e de estradas que haviam sido desenvolvidas de maneira significativa pelo Estado, sob a gestão de Vargas. Fundamentalmente, o capital de empresas norte-americanas – mas também do Japão e da Europa, cujas economias estavam em franca recuperação — se orientou em direção à indústria automotora, química, mecânica metalúrgica pesada e leve, expandindo-se para a produção de bens de consumo duradouros em geral e inclusive para setores dos bens de consumo ligeiros. Difundiu-se a concepção de que era necessário "atrair o capital estrangeiro" e para isto se criaram amplos mecanismos de estímulo à sua penetração através de uma série de instruções de órgãos econômicos do governo, cuja pioneira foi a célebre "instrução 113" da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)[15].

Kubitschek implementou também um vasto plano de desenvolvimento centrado no binômio "energia e transporte". Buscava expandir a infra-estrutura para completar as condições indispensáveis para um novo *boom* de desenvolvimento dependente. O "Programa de Metas" elaborado em seu governo tentava sistematizar a concepção desenvolvimentista que encontrou seu eixo aglutinador na transferência da capital federal para a nova cidade de Brasília. O plano continha também ambiciosas metas relacionadas com a industrialização. O que não contemplava, e nisso seguia a postura tradicional da burguesia brasileira, era a questão agrária. A ampliação do mercado se buscava muito mais através da incorporação de mão-de-obra mediante a expansão das obras públicas e, em particular, a construção de um

(15) A instrução 113 concedia, entre outras facilidades, isenção de pagamento de impostos e prioridade creditícia às empresas estrangeiras.

amplo sistema rodoviário, assim como, ao mesmo tempo, estimulava o mercado da indústria automotora e articulava nacionalmente o mercado local de regiões dispersas.

Naturalmente, o projeto desenvolvimentista implementado por Kubitschek estava financiado sobretudo por meio de uma política de déficit pré-orçamentário e de empréstimos estrangeiros, ambos fatores altamente inflacionários. Essa política se complementava com outra de baixos salários. A mão-de-obra atraída maciçamente do campo aceitava baixos salários, com o que provocava uma queda do poder de compra dos salários em geral. No período Kubitscheck ocorrem importantes lutas salariais para compensar as baixas provocadas pelas perturbações do mercado de trabalho e pela crescente inflação.

Tal situação continuou nos governos posteriores até o golpe militar. Neles surgiu intensas ondas de movimentos de protesto contra o aumento do custo de vida; os trabalhadores organizaram importantes greves — como a greve geral que aconteceu no estado de São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais nos anos de 1957-58 — por aumento de salários; a eles se juntaram múltiplas agitações estudantis que começaram a aprofundar-se e a estender a luta a um terreno nacionalista e antiimperialista.

Sob o impacto da radicalização da velha ideologia nacionalista-populista que, abandonada pela burguesia, caía em mãos da pequena burguesia e do proletariado, Kubitschek se preocupou com a elaboração de toda uma ideologia do desenvolvimento nacional. Para tanto criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), para o qual convergiram vários teóricos pequeno-burgueses. O ISEB trabalhou sob a influência do pensamento elaborado pela CEPAL e desenvolveu uma concepção que preconizava um desenvolvimento do capitalismo nacional autônomo. Isto motivou em 1957 o abandono da instituição por um de seus fundadores, e seu primeiro diretor, Hélio Jaguaribe, lúcido teórico da burguesia brasileira que não estava disposto a ser, segundo ele, cúmplice do utópico "nacionalismo sectário", como o chamava, isto é, do nacionalismo que não compreendia a importância crucial do capital estrangeiro...

Devido à pequena tradição do pensamento marxista no país, o ISEB exerceu uma significativa influência na geração de cientistas sociais dos anos 50, assim como na liderança estudantil e no próprio PCB. Este Instituto, na medida em que se foi consolidando a tendência rumo à sujeição do capitalismo brasileiro pelo imperialismo, foi caindo pouco a pouco num radicalismo político que fez dele um dos principais objetos de repressão da direita em conseqüência do golpe militar de 1964.

O governo Kubitschek, que havia sido eleito pela coalizão PSD-PTB, foi sucedido pelo de Jânio Quadros, que havia sido apoiado como candidato presidencial pela conservadora UDN. A eleição de Quadros com maioria absoluta dos votos representou o primeiro questionamento do esquema tradicional das forças getulistas, embora o vice-presidente eleito fosse João

Goulart, herdeiro político de Vargas. Quadros havia levado o estilo populista a um novo nível. Utilizava técnicas de publicidade refinadas, apresentava uma imagem pessoal que oscilava violentamente entre o frágil homem do povo mal vestido e perseguido e o violento autoritarismo moralista do cidadão respeitável e enfurecido. Apresentava-se como um candidato dos operários e camponeses e prometia radicais reformas estruturais e uma definitiva moralização da vida pública. Marcava uma absoluta independência dos políticos tradicionais, e sua viagem a Cuba associá-lo aos fatores revolucionários do continente. Apesar de seus evidentes vínculos com o capital internacional — que financiava sua campanha — Quadros buscava destacar sua participação na luta pela Petrobrás para assinalar seu passado nacionalista.

Os resultados das eleições revelavam uma forte aspiração antiimperialista e por reformas estruturais. Na falta de um partido próprio, os trabalhadores apoiavam maciçamente as personalidades aparentemente radicais de Quadros e Goulart. A vitória de Quadros não era a do partido oligárquico, economicamente liberal e pró-imperialista. A vitória de Goulart não era a da velha aliança PSD-PTB. O país aspirava a implantar algum esquema político novo de conteúdo mais radicalmente reformista e popular.

O efêmero governo de Quadros foi, no entanto, uma decepção. Não chegou a implantar nenhuma medida de caráter verdadeiramente popular, realizou alguns atos demagógicos — como a condecoração ao comandante Che Guevara — e, no geral, este aspirante a Bonaparte tratou, isso sim, de reprimir qualquer manifestação popular.

No ano de 1961, sob a pressão de uma situação econômica muito grave, de uma crescente falta de popularidade de seu governo e de uma constante pressão de seus aliados direitistas rumo a medidas econômicas e políticas que acentuavam seu desgaste político, Quadros renunciou intempestivamente. Sua renúncia tem sido considerada por vários analistas como uma tentativa de provocar um movimento nacional em seu favor para poder assumir poderes excepcionais. Mas a grotesca farsa se frustrou. O Parlamento aceitou sua renúncia e, imediatamente, os chefes militares trataram de apoderar-se do governo para impedir a natural posse do vice-presidente Goulart, que se encontrava na China Popular naquele momento. A tentativa golpista provocou logo uma forte reação popular dos sindicatos, do movimento estudantil — através da União Nacional dos Estudantes —, dos setores liberais e de amplos setores militares, particularmente dos suboficiais, que iniciaram sua aparição pública na vida política nacional.

O país esteve à beira da guerra civil. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e Mauro Borges, governador de Goiás, começaram a formar milícias populares, para defender a legalidade, dispondo também do apoio das guarnições militares e policiais situadas em seus respectivos estados. Esta tentativa golpista se mostrou prematura. Foi necessário aceitar uma solução conciliatória. O Parlamento votou uma reforma constitucional que estabelecia o parlamentarismo. Jango assumiu o governo com os poderes

restringidos. A burguesia já compreendia muito bem que a hora do getulismo, expressão máxima do nacionalismo populista, havia passado e aceitou de má-vontade a liderança de Jango como representante direto da corrente envelhecida. Por isso, embora não tenha podido reagir de imediato contra sua ascensão, impôs-lhe um regime parlamentarista que reduzia suas atribuições presidenciais. Mas Jango, que havia chegado ao governo como beneficiário de um amplo movimento popular, se sentia com forças suficientes para poder exercê-lo sem restrições. Iniciou uma complexa operação política para restabelecer seus poderes. Depois de vários ministérios parlamentaristas fracassados, convocou um plebiscito e, através do voto popular, reconquistou seus poderes de presidente. Seu governo elaborou um plano trienal de desenvolvimento sob a direção do economista Celso Furtado. Nesta época, a crise econômica que assolava o país era por demais profunda. O movimento inflacionário alcançava seus mais altos níveis históricos e, para contê-lo, nas bases do capitalismo dependente, a única política econômiva viável era sem dúvida uma estabilização monetária, tal como vinha preconizando desde 1956 o Fundo Monetário Internacional. Todavia, o governo de Goulart não podia aplicar ortodoxamente esta solução burguesa pois entendia que ela o poria em confronto com a reação operária, sua principal base de apoio. Por isso, tratou de buscar uma solução eclética que estava contemplada no plano trienal. Este preconiza ao mesmo tempo estabilização e desenvolvimento, o que era sem dúvida inviável. Assim, o governo de Jango não podia satisfazer os trabalhadores, aos quais se pedia que aceitassem uma contenção salarial, nem tampouco tranqüilizar a inquietação burguesa e imperialista frente à crise econômica. Ao contrário, acentuava esta inquietação por não ter suficiente autoridade para conter a ascensão generalizada do movimento popular que explodia por todas as partes, em todos os setores, a partir da falida tentativa golpista de 1961. A burguesia e o imperialismo aspiravam a um clima de tranqüilidade e sobretudo de segurança para continuar desfrutando de seus lucros e isto não lhes podia oferecer, em tal situação, o filho político de Getúlio.

A ascensão do movimento popular era tão intensa que o campesinato pobre, que se havia mantido até finais dos anos 50 fora do cenário nacional — embora no curso dessa década tivesse intensificado suas lutas num nível regional, particularmente no Nordeste —, se lançou à luta no plano político nacional, através das ligas camponesas e de outras formas de associação. As greves operárias continuavam a estalar por todos os lados, e surgiu a figura revolucionária da greve geral, repetida três vezes para conseguir finalmente que se realizasse o plebiscito que Goulart exigia, com o objetivo de restituir seus plenos poderes presidenciais. Os estudantes, em suas constantes manifestações de rebeldia, haviam desenvolvido uma poderosa organização nacional em aliança aberta com os trabalhadores. Formou-se uma Frente parlamentar nacionalista, que a partir do legislativo começou a pressionar o governo para que realizasse "reformas de base". Nas forças armadas apareceu o Comando nacional dos sargentos e o Comando dos militares nacionalistas.

Esta onda das massas que percorreu não somente o Brasil nesta época, mas todo o continente, se inseria dentro do quadro político resultante da espetacular vitória na Revolução Cubana, que exerceu uma grande influência no movimento popular e, com seu exemplo, contribuiu significativamente para radicalização do antiimperialismo, para o questionamento do reformismo e para pôr a alternativa socialista na ordem do dia. Produto deste novo clima gerado pela Revolução Cubana foi uma nova esquerda revolucionária marxista no Brasil, que encontrou sua primeira expressão na Política Operária (POLOP). Inspiradas também nessa Revolução, as ligas camponesas buscaram converter-se numa organização política, dando origem ao Movimento Radical Tiradentes. A influência cubana se exerceu da mesma forma sobre os jovens cristãos de esquerda que fundaram a Ação Popular (AP). Por outro lado, o debate entre a China e URSS repercutiu no PCB e deu origem a uma cisão que formou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que se inspirava nas críticas chinesas ao "revisionismo soviético". Este tipo de organizações revolucionárias surgidas à margem do Partido Comunista, que continuava pregando uma política de aliança com a burguesia, nos começos dos anos 60, foi um fenômeno comum praticamente em toda a América Latina.

Este clima geral de lutas antiimperialistas tendia a um difuso questionamento do sistema de dominação enquanto tal, alcançando também os setores sociais chamados "marginais", subempregados, moradores das favelas que circundam as grandes cidades. A radicalização destes setores se expressou por meio da ocupação de terrenos, de sua organização através da criação de associações próprias, que encontravam um forte respaldo no movimento estudantil e operário.

Começaram a formar-se os "grupos de onze" com o objetivo de conformar uma vasta organização de base para lutar pelas reformas sociais. Estes grupos se formaram especialmente no sul do país, acudindo a um chamado de Leonel Brizola, parlamentar, nacionalista radical, cunhado de Jango e ex-governador do Rio Grande do Sul que havia resistido à primeira tentativa golpista e tinha, portanto, um grande prestígio nacional.

Mas uma das demonstrações mais sintomáticas do ambiente contestador que existia no país foi quando a sublevação chegou ao interior do próprio aparato repressivo, estalando primeiro, em 1963, no exército, através do levantamento dos sargentos de Brasília e, em 1964, na marinha, com a criação de uma associação de marinheiros que não pôde ser reprimida pela oficialidade porque os marinheiros repressores se passaram para o lado dos "insubordinados" reunidos na sede da Federação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. A concessão de Goulart às demandas dos marinheiros de constituírem sua associação de classe e a demissão do ministro da Marinha que se havia oposto às mesmas foram a chama que acendeu o golpe militar.

A situação era insuportável para os interesses burgueses-imperialistas. Era necessário deter violentamente a "insubordinação" e a "subversão". O golpe de abril de 1964 foi, pois, nas palavras de um de seus líderes, "uma contra-revolução preventiva". O golpe culminou com o contexto de uma intensa mobilização promovida para conseguir a unificação das classes dominantes e atrair para o golpismo significativos setores das classes médias, assustadas com a ascensão generalizada do movimento popular. Sua ante-sala foi a histérica "marcha da família, com Deus pela liberdade" que se realizou em São Paulo, com a participação de aproximadamente 500 mil pessoas, em sua maioria provenientes das classes médias. Embora com menor impacto, outras mobilizações similares foram realizadas em outras cidades do país. Estas marchas continham características indiscutivelmente fascistas.

Diante do golpe, Jango, o líder máximo do nacionalismo populista, não reagiu. Ele, latifundiário de fato, burguês "progressista" de coração, entendeu muito bem que a legalidade só poderia ser mantida apelando-se ao respaldo — agora através do combate — dos setores populares, da classe operária em particular. Isto significaria lançar o país na guerra civil. Havia, certamente, uma forte possibilidade de que o povo saísse vitorioso — apesar de os navios de guerra norte-americanos navegarem pelas costas do Rio de Janeiro para o caso de uma intervenção... Mas qual seria o resultado de um eventual triunfo de uma guerra popular? A Revolução Cubana havia indicado o caminho. O populista Goulart não era o homem para isto. Preferiu capitular sem resistência abandonando o país e deixando perplexa a liderança sindical — controlada por ele e pelo PCB —, perplexo seu cunhado Leonel Brizola, que havia assumido o poder no Rio Grande do Sul, perplexos os militares nacionalistas e os sargentos com os quais se havia reunido poucos dias antes do golpe numa demonstração de força impressionante, e nenhum destes elementos estava preparado para assumir por si só a responsabilidade da luta. Tentou-se uma greve geral sem convicção, sem palavras de ordem, sem liderança. Ao mesmo tempo, as manifestações isoladas e espontâneas de resistência e protesto foram logo liquidadas por uma repressão implacável de uma burguesia que estava, esta sim, disposta a jogar pesado para triunfar. Frente à repressão, por um lado, e à capitulação da liderança, por outro, o potencial combativo das classes dominadas foi paralisado. A rebeldia que existia no interior do próprio aparelho repressivo não foi canalizada; sequer chegou a manifestar-se de maneira significativa. Isso era natural pois a divisão das forças armadas só se consuma quando as classes revolucionárias, especialmente o proletariado, se lançam com decisão à ofensiva.

O desenvolvimento dos acontecimentos em 1964 demonstrava que a classe operária brasileira não havia alcançado uma consciência revolucionária e uma independência organizativa que lhe permitissem canalizar a inquietação popular que havia chegado a níveis de mobilização muito importante. Ela continuava subjugada fundamentalmente a uma ideologia, a uma organização política e a uma liderança populistas.

Assim, como uma ironia trágica da história, no dia 1.º de abril — que é tradicionalmente comemorado pelo povo brasileiro como o dia da mentira, das brincadeiras, "dos bobos" — já estava consumado o que as classes dominantes denominaram "revolução libertadora". Começava outro capítulo da mesma história de dependência e exploração, o capítulo mais escuro e sinistro da vida do país.

VII. A DITADURA MILITAR

As primeiras medidas do regime ditatorial foram, como não podiam deixar de ser, de caráter repressivo. À repressão política — que ia desde a anulação do mandato dos parlamentares, a suspensão de direitos políticos, a dissolução dos partidos políticos, a perseguição às organizações e partidos de esquerda, a censura à imprensa até o encarceramento e tortura da liderança popular — justapôs-se uma repressão social, como a destruição das organizações populares em geral e em particular das associações operárias, camponesas, estudantis, a intervenção em sindicatos, a censura às obras artísticas e culturais — canções, teatro, cinema — e, sobretudo, se passou a orquestrar a repressão econômica através de uma ortodoxa política de estabilização monetária, tal como pregava o Fundo Monetário Internacional, organismo econômico máximo do imperialismo, com o objeto de conter a inflação e criar as condições para um novo ciclo de expansão da economia capitalista, com base na contenção dos salários e da restrição de créditos à pequena empresa. Eliminou-se da mesma forma o programa de reformismo agrário, com o qual Jango tinha flertado nos estertores de seu governo. Tratou-se também de equilibrar a balança de pagamentos através da contenção das importações, da liberalização cambial e do abandono dos subsídios aos preço do trigo e do papel de imprensa importados. Estas metas estavam contidas num plano de emergência do governo (PAEG).

Desta maneira, nos primeiros anos do regime militar, tratou-se de "sanear" a política, a sociedade e sobretudo a economia brasileiras, com a finalidade de tornar o país mais atraente para os investidores, especialmente os estrangeiros.

Desta maneira, nos primeiros anos do regime militar, tratou-se de "saquietação entre os trabalhadores e na pequena e média burguesia, começaram-se a notar, a partir de 1967, os frutos desta política através da obtenção de taxas mais significativas de crescimento da economia. A burguesia já havia cumprido as condições básicas de estabilidade política e econômica que de novo tornavam a economia brasileira um solo fértil para os investimentos forâneos.

Durante os primeiros três anos de ditadura militar havia-se acentuado o processo de concentração e monopolização, pois as empresas mais fracas

não puderam sobreviver ante a política de restrição de créditos. O capital estrangeiro voltou a penetrar, a partir de então, de maneira maciça no país.

É importante fazer algumas considerações sobre quem, isto é, que classes sociais detêm o poder no Brasil. O esclarecimento deste aspecto é de suma importância não só para definir o caráter do regime brasileiro mas para vislumbrar a estratégia e a tática de sua superação; este deve ser, a nosso ver, o objetivo central rumo ao qual deve apontar a análise dos cientistas sociais que estão comprometidos com a alternativa popular e revolucionária.

É de fato uma ingenuidade considerar que "o poder efetivo" se encontra por inteiro nas mãos dos militares e que estes são quem o implementa, em aliança com burocratas e acadêmicos, que trazem "informações, estudos e planos" [16]. Vamos por partes. Naturalmente, a chefia do executivo central foi desde o golpe exercida por militares. Estes também têm ocupado vários cargos de importância crucial, seja nos ministérios, seja em grandes empresas estatais ou em organismos de governo. São, pois, sem dúvida, peças destacadas do regime ditatorial. E ainda mais: o regime militar brasileiro é o precursor de uma nova etapa política na América Latina: as forças armadas como instituição assumem a responsabilidade da gestão do Estado. Ora, em interesse de que classes se concebe e se implanta a política da ditadura brasileira? Óbvia e prioritariamente, em interesse da grande burguesia monopolista nacional e estrangeira, isto é, das burguesias industrial, financeira e comercial integradas numa unidade econômica nacional através de seus sócios maiores: o grande capital internacional. Os interesses das velhas oligarquias, fundamentalmente dos latifundiários, são também satisfeitos na medida em que se mantêm intactas suas bases de dominação, vale dizer, pelo fato de que se lhes respeita o direito de sua propriedade monopolista da terra. O estatuto da terra votado em seguida do golpe de 1964 e o cadastro rural realizado em 1964 pela ditadura buscam, não obstante, modernizar o latifúndio e obrigá-lo a assumir um caráter mais produtivo.

Naturalmente, e isso é transparentemente claro no caso brasileiro, a grande burguesia não delega completamente aos militares a função de defensores de seus interesses, embora existam vários casos de militares de alta patente que são homens provenientes das classes dominantes e que estão vinculados diretamente com a grande empresa privada nacional ou estrangeira. A grande burguesia participa *diretamente* e de maneira incontestável no exercício do poder detendo sua hegemonia[17].

(16) Mário Henrique SIMONSEN & Roberto de Oliveira CAMPOS, *A nova economia brasileira,* José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1964, p. 41.

(17) Roberto Campos, um dos mais distinguidos teóricos do desenvolvimento dependente, analisou a maneira como se cumpriram os pré-requisitos para o novo auge desenvolvimentista assim como quem detém o poder no Brasil:
"O primeiro dos ingredientes que faziam falta era um satisfatório grau de *estabilidade política* que permitisse: a) uma suficiente continuidade na execução dos planos e programas e na implantação de políticas econômicas; b) uma razoável estabilidade nas 'regras do jogo' capaz de permitir um adequado planejamento empresarial e facilitar a absorção de capitais externos.
A partir de 1964, conseguimos alcançar uma razoável estabilidade política, sob um regime que alguns cientistas políticos (*sic!*) descrevem como 'autoritarismo modernizante' (...)"
O mesmo teórico enfatiza em seguida como sedimentou a doutrina do "desenvolvimento com segurança", produto de uma "aliança tática entre militares e tecnocratas". Os últimos, "recrutados na burocracia ou na vida acadêmica, dispunham de um estoque de informações, estudos e planos que não conseguiam fazer com que fossem implementados, a não ser de maneira fragmentada e descontínua, por carecerem de apoio político". Vale destacar que, apesar de mencionar esta aliança, o autor diz que o "poder efetivo" foi assumido pelos militares, *op. cit.*, p. 41.

O economista soviético S. S. Michin preocupou-se em destacar como a "união pessoal dos monopólios com o governo e o aparato de Estado é amplamente praticada no Brasil"[18]. Michin registra uma longa lista de nomes de indivíduos que têm ocupado e que ocupam cargos chaves de direção no governo brasileiro, antes e depois do golpe militar (embora seja importante destacar que a presença da grande burguesia no governo se acentua notoriamente a partir do golpe), e que são das melhores expressões da grande burguesia industrial, financeira e comercial, assim como de sua associação direta ou indireta com o capital estrangeiro. É importante citar alguns dos casos mais ilustrativos:

Walter Moreira Salles, dirigente do conglomerado União de Bancos Brasileiros, embaixador do Brasil nos Estados Unidos; H. Lafer, fundador e sócio do grupo monopolista da indústria de papel e celulose Klabin-Lafer, ministro da Fazenda durante o governo Dutra; Roberto de Oliveira Campos, ideólogo e colaborador de todos os governos burgueses: colaborou no segundo governo Vargas, foi chefe do Banco de Desenvolvimento no período Kubitschek e um dos autores do programa de metas, foi assessor de Jânio Quadros, ministro do Planejamento de Castelo Branco e embaixador na Inglaterra, diretor-presidente do Investbanco, cujos principais acionistas são o Chase Manhattan Bank e o First National City Bank; também durante o governo de Castelo Branco se destaca a presença em postos governamentais dos seguintes expoentes diretos dos interesses burgueses-imperialistas: Vasco Leitão da Cunha, ministro das Relações Exteriores, diretor-presidente da filial da Siemens alemã, presidente da Standard Electric, presidente da sociedade anônima de hotéis Sheraton, representante do grupo Morgan no Brasil; Juracy Magalhães, ex-governador da Bahia, ex-embaixador nos Estados Unidos, ministro das Relações Exteriores, presidente da empresa telefônica sueca Ericsson e de muitas outras companhias como a Dinalube Mordolin S/A, a Deltec, ligada ao Chase Manhattan Bank; Mário Tibau, ministro das Minas e Energia, presidente da companhia norte-americana Seltec que atua em mineração, pertencente ao grupo monopolista Sanderson and Porter; D. Nogueira, diretor do Banco Central do Brasil, presidente do holding do Banco Rotschild no Brasil; Octávio Gouvêa de

(18) MICHIN, S.S., *Processo de concentração de capital no Brasil,* Civilização Brasileira, Rio, 1973, pp. 185, 187, 253 e 254.

Bulhões, ministro da Fazenda, filho de banqueiro e sócio de Roberto Campos na Consultec, antes do golpe fora diretor da SUMOC; P.E. Martins, ministro da Indústria e do Comércio, diretor da filial brasileira da Alcan (Aluminium of Canada) e presidente da filial brasileira da Union Carbide. Durante o governo de Costa e Silva é interessante ressaltar a presença de Hélio Beltrão, ministro do Planejamento, diretor comercial da Mesbla e em seguida vice-presidente da mesma; Edmundo Macedo Soares, general da reserva, ministro da Indústria e Comércio, diretor de fábricas do setor de defesa, diretor da Usiminas, diretor-presidente permanente da Mercedes-Benz no Brasil e presidente da Confederação Nacional da Indústria, entidade da burguesia nacional.

Há muitos outros casos como o de Ademar de Queiroz, que foi presidente da Petrobrás e ocupou também o cargo de presidente da filial brasileira Bakol, do trust Dow Chemical; Rocca Diegues Júnior, diretor comercial da Petrobrás e, em seguida, presidente da Unibar, holding da companhia petroquímica União do monopólio americano Philips Petroleum; Mário Behring, presidente da Eletrobrás e John Catherine, diretor da companhia estatal de Furnas, fazem parte da direção do grupo Sanderson and Porter no Brasil; José Garrido Torres, diretor do Banco do Brasil, ocupou também o cargo de diretor-presidente do Banco Lowndes, cujos acionistas são bancos americanos, ingleses e italianos; Ernesto Geisel, general do exército, diretor-presidente da Petrobrás durante o governo de Médici, é parente de J. Geisel, diretor permanente da filial brasileira da Royal Dutch Shell-Sell do Brasil.

Seria excessivo seguir enumerando todos os componentes desta lista. O autor tira dela a conclusão de que "graças a sua influência financeira e às ligações que têm nos meios governamentais, os grupos monopolistas estrangeiros no Brasil influem na vida econômica e política do país"[19]. Mais que influir, o imperialismo, sem dúvida, através de seus sócios menores, condiciona em função de seus interesses, que se entremesclam com os destes, a orientação da política e da economia brasileiras.

É muito clara a participação *direta* no poder de representantes dos interesses burgueses e imperialistas. Eles ocupam, em geral e prioritariamente, os cargos diretivos da economia, assim como os que estão relacionados com a política externa.

O mesmo autor que vimos citando destaca a mesma "influência através do Parlamento, onde, ademais, há muitos deputados e senadores que são representantes diretos dos interesses do capital privado brasileiro e estrangeiro, assim como dos grandes fazendeiros; influência que é exercida (também) através das entidades nacionais e regionais de empresários (confederações e federações) da indústria, comércio, agricultura e nas câmaras

(19) Ibidem, p. 187.

de comércio"[20]. Ressalta igualmente o controle exercido sobre os "órgãos estatais de planejamento, programação e consultas; através dos chamados grupos executivos de setores, adjuntos ao Ministério da Indústria e Comércio; através de organizações econômicas regionais (SUDENE, SUDAM, SUFRAMA, DNOS etc.), através das comissões nacionais de desenvolvimento da região centro-oeste, de desenvolvimento industrial, de energia atômica, de desenvolvimento da marinha mercante, do carvão etc.; através dos conselhos nacionais de recursos minerais e energia elétrica, investigações científicas, petróleo, telecomunicações, borracha, comércio exterior, minas e metalurgia etc.; através dos conselhos de comércio exterior, política alfandegária, colaboração técnica nos limites da Aliança para o Progresso" etc.[21]

Ora pois, sem dúvida que o grosso da execução da política traçada pela grande burguesia (industrial, financeira, comercial) — que detém o "poder efetivo" — em aliança estreita com o imperialismo e com a velha oligarquia é implementada por uma burocracia e tecnocracia civil e militar proveniente dos setores das classes médias. Estes são os assalariados encarregados de executar uma política desenhada acima deles. Estes são os intermediários entre a cúpula do sistema de dominação e o conjunto das classes oprimidas. Sem dúvida, os setores que implantam a política de dominação participam também como agentes do sistema, e se beneficiam dele, através de seus altos soldos, do prestígio que lhes outorgam seus cargos etc., mas sempre como forças subalternas do capitalismo dependente brasileiro.

O golpe militar de 1964 não alterou substancialmente a composição de classes do Estado brasileiro. Manteve no poder as mesmas personagens do sistema de dominação, ainda que reforçando a proeminência da grande burguesia associada ao imperialismo ao tornar ainda mais permeável a penetração estrangeira na vida econômica e ao aumentar seu peso político e social nos destinos da nação. E, embora tenham sido excluídos alguns membros burgueses da vida política pública por um plano determinado, através da cassação dos direitos políticos — os Kubitschek, os Quadros, os Goulart etc. –, foram respeitadas suas propriedades privadas, seus negócios, seus direitos a seguir aumentando seus lucros no país. Os setores das classes médias que são servidores diretos do regime ditatorial viram aumentadas suas "propinas" por meio de uma série de vantagens em função de sua situação

(20) Ibidem, p. 245.

(21) Ibidem, p. 245. Depois de consultarmos tão significativos indicadores, de conhecimento público, é verdadeiramente grotesco, sobretudo por parte de um dos mais destacados expoentes do exercício do poder burguês no Brasil, como Roberto Campos, considerar que o "poder efetivo" esteja em mãos dos militares aliados com os tecnocratas entendidos como burocratas e acadêmicos. Ele próprio é uma expressão das múltiplas facetas de tais "tecnocratas": ministro, diretor de um grupo financeiro, importante acionista de várias empresas, assessor de vários governos e grupos econômicos, embaixador, professor universitário e ideólogo. Se nem todos os tecnocratas podem apresentar um currículo tão multifacético, pode-se ver através do próprio Roberto Campos os profundos vínculos dos grupos econômicos com o Estado.

estratégica no interior do sistema. As mais altas hierarquias militares, assim como os técnicos e profissionais civis do mais alto nível (ou com maior subserviência e oportunismo) têm sido recompensadas com honras, fama e, sobretudo, com altas remunerações... Estes indivíduos, embora provenientes das classes médias, na medida em que passam a atuar em função do sistema de dominação e a desfrutar de seus favores objetivamente, identificam seus interesses com os do sistema e passam a defendê-los até com maior convicção que as próprias classes dominantes. Esta é uma história antiga demais na luta de classes...

VIII. O "MILAGRE" ECONÔMICO E A FASCISTIZAÇÃO

De 1968 até 1973 se registraram índices progressivos de desenvolvimento industrial e (menos acentuados) de crescimento da produção agropecuária. Isto era produto da cômoda situação criada para os investimentos, devidos à mescla de baixos salários, as especiais condições de superexploração da força de trabalho, a existência de mão-de-obra qualificada para responder às necessidades de uma indústria tecnologicamente adiantada, o clima de "tranqüilidade" política conseguido a custa de uma repressão implacável, os estímulos (financiamentos, isenções fiscais etc.) ao capital privado nacional e estrangeiro para diversificar suas inversões em novos ramos e em novas regiões econômicas e sobretudo para aumentar a exportação. Tudo isso se coroava com a adoção de uma ideologia estatal de plena liberdade à iniciativa privada internacional e nacional.

Entre 1967 e 1968, durante o governo de Costa e Silva, quando começavam a aparecer sinais de uma possível recuperação da economia, houve no Brasil um renascimento do movimento popular. Esta nova ascensão das massas alcançou seu apogeu com importantes greves em São Paulo — especialmente na cidade de Osasco, onde o movimento grevista adquiriu um caráter político de questionamento do regime —, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O movimento foi esmagado a ferro e fogo e vários de seus líderes tiveram de se refugiar na clandestinidade, sendo posteriormente mortos ou detidos. A sublevação se manifestou também de maneira impressionante no meio estudantil. Os estudantes promoveram várias manifestações de protesto entre as quais vale destacar a marcha, realizada no Rio, de repúdio pelo assassinato de um estudante pelas forças repressivas. Contou com a participação de cerca de cem mil pessoas que encontraram assim uma maneira de expressar seu repúdio à ditadura. Também sobre o movimento estudantil a repressão se exerceu de maneira implacável, sobretudo a partir de novembro de 1968 quando a ditadura promulgou o Ato Institucional número 5, que dava plena liberdade de atuação ao aparelho repressivo. Em conseqüência da repressão generalizada que se desencadeou sobre as organizações de massa e a imprensa, a luta de massas passou a um segundo plano e o cenário político ficou dominado pelo enfrentamento da ditadura com os

vários grupos revolucionários que se haviam formado a partir de 1967. A característica comum de todas essas novas organizações de esquerda revolucionária era o rechaçar as teses do PCB e a admissão da necessidade de preparar-se para a luta armada insurrecional.

Segundo as teses de 1966, o PCB se autocriticava de haver incorrido num desvio esquerdista durante o governo de Goulart, exigindo deste transformações revolucionárias mais avançadas e negando-se a apoiá-lo em momentos decisivos como no pedido de estado de sítio na ocasião do levantamento dos sargentos em 1963. Em conseqüência, o PCB passava a propugnar a formação de uma "frente ampla" contra a ditadura atual que somasse todas as forças de oposição ao governo. De fato, o PCB se encarregou da tarefa de articular a oposição burguesa no país, incluindo os líderes golpistas deslocados pelo grupo no poder, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

Em função destas teses, o próprio PCB se havia dividido verticalmente dando origem a várias organizações pró-insurrecionais. Em 1967 surgiram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Mariguela, que havia sido um dos mais destacados dirigentes do PCB; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dirigido pelos ex-dirigentes do PCB Mário Alves e Jacob Gorender, e o MR-8, cisão da Juventude Comunista no Rio. A Política Operária se dividiu também e deu origem a duas novas organizações: o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), as quais posteriormente se fundem e dão origem à Vanguarda Armada Revolucionária (VAR Palmares), que em seguida se divide de novo originando outra VPR. Também da união dos remanescentes da POLOP e de um setor dissidente do PCB surgiu o Partido Operário Comunista (POC); a Ação Popular se declarou marxista e assumiu uma orientação "pró-chinesa" dando origem a uma cisão, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); o Partido Comunista do Brasil, cisão do PCB no começo da década de 60, com uma orientação "pró-chinesa", de um lado recebeu um contingente da dissidência do PCB e de outro sofreu uma cisão guerrilheira, a Ala Vermelha.

No entanto, apesar da impressionante quantidade de siglas de organizações revoluionárias, estas estavam compostas fundamentalmente por elementos provenientes das classes médias, sobretudo por estudantes, profissionais liberais e ex-militares. Entre estes, a figura de maior realce por seu heroísmo foi a de Carlos Lamarca, que abandonou neste período as filas do exército para somar-se à luta clandestina da VPR e foi morto em combate quanto tratava de organizar a luta guerrilheira.

O cárcere, o exílio e o assassinato foram o destino de praticamente todos os membros da esquerda revolucionária brasileira. Isto se deveu fundamentalmente ao fato de que nenhuma dessas organizações conseguiu vincular-se efetivamente com as massas oprimidas, apesar das simpatias que despertavam nelas. A repressão intensa e sistemática pôde golpeá-las pro-

fundamente, uma a uma, através de um método que se explorou com toda a crueldade: a tortura.

A esquerda revolucionária não logrou penetrar profundamente nas massas populares, particularmente na classe operária, por graves erros estratégico-táticos. Não é possível realizar aqui uma análise minuciosa das razões que possibilitam explicar as causas de tais erros. Mas vale mencionar, ainda que de passagem, que estes devem ser buscados na tentativa de aplicação mecânica de pretensos "modelos" de outras revoluções aplicados à situação brasileira. Por exemplo, o folheto de Régis Debray, *Revolução na Revolução?,* embora apresentasse uma interpretação deformada da Revolução Cubana — ou talvez por isso mesmo, por apresentá-la como uma singela tarefa desprovida de suas particularidades e complexidades... — se transformou num guia-para-a-ação dos jovens revolucionários, sendo um manual grosseiro da chamada "teoria do foco". Esta concepção, profundamente elitista, traía os elementos básicos que justificavam e que ofuscavam a consciência crítica da esquerda por sua situação de desvinculação orgânica e política das massas populares. Da mesma maneira, a concepção de Mao Tsé-tung sobre a guerra popular e camponesa era mal interpretada por uma das correntes pró-chinesas que se transferiu para o campo, esquecendo-se de que o eixo central do capitalismo brasileiro se encontrava em sua infra-estrutura industrial e que o proletariado urbano é a força motriz por excelência da revolução brasileira. Por outro lado, a influência da revolução cultural deu origem a uma corrente que defendia a ida rumo às massas e ao democratismo assembleísta como único caminho revolucionário, dando origem ao que se chamou "massismo".

Os sérios erros analítico-explicativos do caráter da revolução assim como a incapacidade de implantar uma linha tática que captasse a adesão popular, fizeram com que a esquerda fosse uma presa fácil da repressão burguesa. De todo modo, a ditadura se assustou diante da ameaça de que o movimento insurrecional — que se lançou de cheio em espetaculares ações de guerrilha urbana — chegasse a provocar uma adesão da classe operária ou do campesinato, assim como estimulasse um movimento liberal que se havia lançado rumo à oposição aberta ao regime entre 1967 e 1968. É assim que, quando o Congresso votou contra a cassação do deputado Márcio Moreira Alves para que este fosse processado pela justiça militar por declarações políticas consideradas subversivas, a fração mais direitista e pró-fascista do regime militar tomou a ofensiva. Em dezembro de 1968 se promulgou o Ato Institucional número 5, que suspendia a aplicação da própria Constituição autoritária que o regime se havia outorgado em 1967. Este Ato representava a institucionalização de uma série de medidas de caráter fascista. Punha em recesso o Parlamento; levava até as últimas conseqüências a censura sobre a imprensa, as casas editoriais e os meios de comunicação de massas; suspendia completamente os direitos individuais, como o recurso do *habeas corpus;* legitimava a repressão sobre o movimento popular e se arrogava a prerrogativa de intervir em suas associações; estabelecia as condições para o massacre dos revolucionários por meio de seu assassinato em ruas e prisões, ao negar qualquer poder à justiça civil para intervir em tais atos. Tais preceitos institucionais se complementavam com a elevação a um nível superior do aparato de contra-insurgência por meio da criação de uma Comissão Nacional de Segurança, a formação de um superaparelho policial que unificava os organismos repressivos das forças armadas e os grupos direitistas, outorgando-lhes plena liberdade de movimentos, suspendia as garantias da magistratura, suspendia as eleições diretas para governos estaduais e definia um grande número de municípios que, por serem considerados chaves para a segurança nacional, não poderiam realizar eleições. Estabelecia-se também a anulação dos direitos políticos de quem o ditador quisesse, sem precisar o tempo de duração da medida. Por último, deixava-se como indefinido o tempo de "estado de exceção". É claro que tudo isso segue vigente hoje, em 1975.

É importante voltar a insistir aqui sobre algumas considerações que temos feito em outras oportunidades sobre as características fascistas da ditadura brasileira, pois sempre tem havido tentativas de questionar esta caracterização, tanto por parte dos ideólogos burgueses – que, como dissemos anteriormente, tratam de utilizar o conceito muito geral de autoritarismo — quanto também por parte de respeitáveis cientistas sociais de esquerda.

Nós acreditamos que, como o temos dito em outras oportunidades, não podemos perder de vista os *aspectos essenciais* que especificam um regime fascista. Só levando-os em conta é que este conceito pode ser utilizado para definir situações históricas concretas. É a explicitação destes aspectos *essenciais* o que nos permite encontrar denominadores comuns em experiências distintas e particulares. Por exemplo, a análise comparativa dos casos típicos de fascismo na Europa nos revela características comuns de funcionamento do regime, seja na Alemanha de Hitler como na Itália de Mussolini, seja no Portugal de Salazar e Caetano, assim como na Espanha de Franco. Não obstante, cada uma destas experiências próprias do fascismo apresenta uma série de particularidades nacionais que não podem ser encontradas nos demais países. A Alemanha foi, sem dúvida, o país onde este tipo de regime chegou até suas últimas conseqüências. Se isto foi possível lá e em parte na Itália, não o foi na Espanha nem em Portugal. O caráter desenvolto e conseqüente do fascismo alemão, que o conduziu a desafiar o mundo liderando uma guerra imperialista, se explica, em última instância, pelo intenso desenvolvimento de suas forças produtivas que acentuava o caráter monopolista de sua economia, cujo imenso potencial econômico, bélico e de dominação em geral se encontrava frustrado por sua situação desfavorável em relação ao domínio colonial que poderia efetivamente exercer. Por outro lado, ao assumir o poder depois de um longo desgaste das forças proletárias divididas e enfraquecidas por uma guerra civil disfarçada em enfrentamentos parciais de milícias opostas, o nazismo conse-

guiu eliminar as organizações revolucionárias do proletariado. Estes fatores geraram as condições ideais para que o país embarcasse na trágica aventura bélica racionalizada pelo mito da superioridade da raça. Ora, estas condições que possibilitaram que o fascismo alemão fosse levado a desenvolver ao máximo seu potencial de dominação não existiram nas demais experiências concretas de fascismo na Europa, especialmente na Espanha e em Portugal, países economicamente atrasados e pobres. Trataremos, pois, de precisar brevemente quais os aspectos essenciais do fascismo.

Em primeiro lugar, destacamos seu aspecto mais geral que reside na necessidade de defender desesperadamente o sistema capitalista contra a "subversão da ordem" por parte das classes dominadas. Esta necessidade existe, sem dúvida, em todo capitalismo, mas em situações históricas particulares, quando o sistema sofreu ou sofre uma ameaça efetiva a sua sobrevivência, gera-se, em setores que representam os interesses dominantes uma reação histérica e temerosa contra uma eventual nova onda revolucionária, independentemente de que sobrevivam ou não as condições objetivas para sua gestação. Obviamente, para que o fascismo triunfe, é necessário que a luta da classe operária haja fracassado momentaneamente. Isto ocorreu em todos os casos de fascismo europeu, talvez, com menor intensidade em Portugal. Daí que o fascismo surja sempre como regime de salvação nacional, contra o "caos" e a "desordem". Esta fórmula oculta sempre a necessidade de criarem-se as condições de estabilidade e segurança para que o processo de acumulação capitalista possa prosseguir sem travas. Por isso o fascismo tende a triunfar nos períodos de início de uma recuperação econômica. Para tanto se faz necessário também um forte protecionismo estatal que leva ao fortalecimento do capitalismo de Estado, o que cria as bases infraestruturais para o desenvolvimento da grande empresa privada monopolista.

Daí provém também seu segundo aspecto: a necessidade de reprimir sistemática e implacavelmente o movimento popular, de destruir as organizações revolucionárias, particularmente as da classe operária, que se transformam no inimigo principal. A repressão se torna inescrupulosa, sem deixar-se intimidar por veleidades democráticas. De todos os modos, para consolidar-se como tal, o regime necessita gerar sua própria institucionalidade da repressão, donde advém sua terceira característica: uma constitucionalidade totalitária baseada na prerrogativa, por parte do Estado, para o exercício da repressão contra tudo o que se qualifica como subversão da ordem. Desaparece o conceito de cidadania e da sociedade civil separada do Estado. Para tornar mais operativo o controle do aparato estatal repressivo sobre o conjunto das classes potencialmente contestadoras, estas são organizadas em forma corporativa. De seu caráter essencialmente repressivo provém o corolário necessário: a militarização da vida social em seu conjunto, isto é, a implantação de uma forte disciplina tanto nas atividades produtivas — com o objetivo de aumentar a produtividade para aumentar os lucros — quanto na vida política para impossibilitar a rebeldia dos trabalhadores, e também

nos mais diversos tipos de atividades culturais e até na vida familiar. Deste ponto de vista, o fascismo permeia até os recônditos mais reservados da vida privada. Não se suporta nenhuma forma de oposição, sequer de divergência. Trata-se, pois, de militarizar debaixo de uma ideologia irracionalista de afirmação nacional ou racial o conjunto da nação. Trata-se de interiorizar os valores do Estado, do partido ou movimento que o sustém superando aparentemente o individualismo pela predominância do corpo social depurado e purificado do comunismo e outras tendências "desagregadoras" da vida social.

Por isso a política fascista se preocupa mui particularmente com a formação, segundo seus princípios, das novas gerações. A militarização do ensino é um fenômeno típico do fascismo.

Um quarto aspecto se relaciona com sua base social. O fascismo se origina na pequena burguesia e a tem como sua principal base social. Serve-se ele também dos setores marginais, do lumpen-proletariado. Todavia, o fascismo só pode converter-se numa força nacional quanto recebe o apoio e passa a ser orquestrado pelo grande capital monopolista, como fórmula final de salvação do capitalismo. É por isso que o fascismo só se desenvolveu de maneira coerente na etapa de decadência final do capitalismo quando o grande capital se vê obrigado a abandonar suas concepções liberais para aceitar o desagradável espetáculo dos bandos fascistas ocupando os postos dos políticos conservadores e substituindo a elegância formal da democracia liberal pelo fanatismo demagógico que triturou inclusive muitos burgueses tradicionais. Não é sem razão, pois, que a grande burguesia, seus quadros políticos e militares recorrem ao fascismo de má vontade e com os narizes tapados.

Partindo desta caracterização muito geral do regime fascista podemos aproximar-nos de uma explicitação do caráter do regime brasileiro com todas as suas cores e matizes. Ele contém uma série de elementos que sem dúvida indicam características básicas fascistas, apesar do fato de que são muitas as suas especificidades. Naturalmente, o fascismo brasileiro se aproxima muito mais do espanhol e do português da era salazarista. De todas as maneiras, na busca de um maior rigor conceitual, utilizaremos a expressão neo-fascismo com o objeto de precisar que se trata de um regime de tipo fascista que se constitui numa época em que suas expressões mais elaboradas já foram derrotadas ou estão em decadência, e que contêm ademais certas características nacionais próprias que advêm de sua condição de um país capitalista dependente, cujo sistema de dominação está permeado e mediatizado pelo domínio imperialista. É, pois, um caso típico de fascismo numa situação básica de dependência. Destaquemos quais os *elementos essenciais* que nos permitem classificar o regime brasileiro como uma ditadura de perfil neo-fascista:

Primeiro, o golpe militar de 64 deu origem a um regime de governo de exceção que suspendeu a antiga Constituição de 1945 e que se baseava em

atos institucionais. Em 1967 foi promulgada uma nova Constituição que incorporou estes atos institucionais; em seguida, o AI-5 ditado em 1968 continha características típicas de um regime totalitário.

Este regime foi a expressão da necessidade histórica de as classes dominantes paralisarem a ascensão do movimento de massas, de liquidar as organizações operárias, camponesas, estudantis, profissionais, com o fim de garantir a sobrevivência do sistema. Até o momento da aparição do movimento de massas em 1968 o regime brasileiro ainda não radicalizava seu caráter repressivo — embora o ostentasse claramente — nem buscava constituir um novo tipo de Estado, aspirando a retornar aos canais liberais. A ala fascista do regime, apesar de possuir uma força considerável, não determinava o conjunto da política e da ideologia do Estado. Pelo peso da instituição militar no governo e no aparato do Estado, o regime podia ser definido como uma ditadura militar de tendências fascistizantes. A partir de 1968, a repressão teve de sofrer uma mudança de qualidade, ao aprofundar-se seja para controlar uma opinião pública que havia hostilizado o regime, seja para combater centralizadamente a aberta oposição armada. A partir de 1968 ensaiou-se um sistema de vigilância direta nas fábricas, nas escolas e nos locais de residência. Na falta de um apoio organizado da pequena burguesia que se havia afastado do regime ao sofrer os efeitos negativos da política econômica, o regime tinha de apoiar-se basicamente no aparato policial-militar. Alguns grupos fascistas que se haviam desenvolvido em contraposição ao avanço do movimento popular foram assimilados ao aparato repressivo como colaboradores, outros foram integrados ao aparato ideológico, particularmente à educação.

Tratou-se de implementar uma forte mística da unidade nacional, da "pátria grande", do "Brasil grande potência", do "milagre brasileiro", que se apoiava basicamente na recuperação econômica que finalmente parecia abrir uma era de "progresso" para o país. Começou-se a desenvolver uma intensa campanha de "educação cívica", tratando de resgatar os "valores" nacionais e inculcando especialmente na juventude os ideais de um patriotismo chauvinista. (Na falta de melhor bandeira, aproveitaram, para tanto, grotescamente, os êxitos do futebol brasileiro). Ao mesmo tempo, tratou-se de eliminar a mais autêntica cultura popular através da perseguição e censura às obras teatrais, às canções, ao cinema, tratando de fazer de cada indivíduo um policial, um delator, ou um covarde, temeroso de suas próprias idéias.

Entre 1969 e 1973 a ofensiva fascistizante chegou a um ponto culminante. No plano internacional, a tentativa de transformar o país numa grande potência levou à intervenção encoberta na Bolívia, no Uruguai e no Chile. A idéia de exportar o "modelo brasileiro" de "segurança e desenvolvimento" encontrou adeptos em vários países latino-americanos. Iniciou-se uma ofensiva na África, buscando substituir o falido império português, estabelecendo-se acordos com a África do Sul e buscando uma base de apoio

nos demais regimes reacionários do continente. A ambição de converter-se em potência atômica e militar levou ao estabelecimento de um ambicioso plano de negociar as reservas de urânio do país para obter o apoio de Israel e da Alemanha Federal à política atômica da nova potência do Sul.

A entrada maciça de dólares parecia inesgotável e o crescimento econômico sustentado por cinco anos começou a entusiasmar uma camada importante de setores de altas receitas no projeto do "Brasil gigante" expressado no *slogan* "Brasil, ame-o ou deixe-o". Tentaram-se campanhas de mobilização para a alfabetização de adultos (o hoje desmoralizado MOBRAL), assim como obras grandiosas como a hoje em dia abandonada Transamazônica. Os velhos militares integralistas foram estimulados a reativar seu movimento, realizando congressos e conferências. As cadeiras de "moral e civismo" foram introduzidas nas escolas secundárias e de "problemas brasileiros" nas universidades "depuradas" dos professores subversivos pela segunda vez depois de 1964. A imposição de tais disciplinas buscava formar uma nova geração fascista.

Mas esta mobilização carecia de uma base realmente firme. Seu único apoio era o crescimento econômico mantido artificialmente através de um endividamento gigantesco. Os teóricos do regime chamavam a atenção quanto à falta de um "modelo político" correspondente ao "modelo econômico". O partido oficial, a ARENA, havia alcançado em 1972 resultados eleitorais favoráveis sobre a golpeada e temerosa oposição consentida, o MDB, mas os votos em branco e nulos recomendados pela esquerda constituíam a maioria. O debate iniciado em 1972 por Roberto Campos sobre o "modelo político" refletia a preocupação do regime por encontrar uma "legitimidade" e uma institucionalidade que lhe assegurasse sua sobrevivência histórica.

O governo hegemonizado pelos setores fascistas se lança numa política de fantásticos estímulos às exportações de produtos do setor primário e secundário. Tal política era absolutamente necessária — e foi expressa no *slogan* "exportar é a salvação" – pela impossibilidade de uma ampla expansão do mercado interno. Naturalmente, houve um certo crescimento do mercado interno, mas este era limitado, pois se devia especialmente ao aumento do poder aquisitivo de setores das classes médias urbanas (embora se deva destacar que este aumento foi, em boa medida, estimulado artificialmente pela expansão do sistema de crédito). É verdade que houve uma certa expansão dos empregos para as classes de muito baixa renda, mas isto mal serviu para compensar a incrível redução relativa dos salários dos operários. Desta maneira, mais membros das famílias pobres obtiveram trabalho, sem que isso representasse um substancial estímulo à expansão do mercado.

Obviamente, a política exportadora tinha também como objetivo a obtenção de divisas para remunerar o capital estrangeiro e para cobrir as amortizações da colossal dívida externa. O reconhecimento de tal fato tem servi-

do de panacéia, por parte de alguns analistas, para questionar o caráter subimperialista do regime brasileiro. Não é o caso de entrar aqui de novo numa discussão acerca das tendências subimperialistas da ditadura neo-fascista. Já têm sido revelados, em várias oportunidades e por distintos autores, os elementos essenciais que permitem lamentavelmente classificar desta maneira o nosso país. Entretanto, nunca é demasiado insistir, como o fez Ruy Mauro Marini[22] – quem utilizou pela primeira vez este conceito –, que segundo a análise clássica do imperialismo realizada por Lenin o que caracteriza o imperialismo não é meramente a exportação de capitais ou manufaturas, mas também seu caráter monopolista e o intenso desenvolvimento do capital financeiro que vincula o capital bancário ao industrial. O desenvolvimento da economia no Brasil e em outros países dependentes que alcançaram um importante desenvolvimento industrial não pode configurar uma economia e uma sociedade imperialistas porque o sistema de exploração e dominação internos estão penetrados e mediatizados pela dominação do imperialismo. Daí que sua luta pela expansão internacional assuma um perfil subimperalista, isto é, a implementação de uma política de domínio compartilhado com outras nações, dentro das regras do jogo da grande potência imperial, o que por certo limita as possibilidades de manobra da burguesia brasileira e define seu papel subjugado de classe dominante-dominada. Por isso parece-nos ingênuo fixar-se só num dos objetivos da política exportadora, como a necessidade de divisas, que embora naturalmente não defina a passagem a uma fase imperialista, transforma-se, no entanto, numa das razões do subimperialismo – embora não esgote o potencial deste – quando a busca de divisas se dirige à conquista de mercados para suas mercadorias e investimentos nos países de menor desenvolvimento... O outro argumento que se tem utilizado é a restrita magnitude das exportações de bens industriais e sobretudo de capitais. É claro que a fase subimperialista está apenas em seu princípio e tem um longo percurso a realizar até converter-se em realidade histórica. Mas acreditamos não se poder descartar a possibilidade da afirmação parcial dessa tendência a curto prazo. Seus sintomas são muito reveladores em muitos aspectos que desnudam a ingerência do Brasil na economia de países limítrofes. Grandes empresas brasileiras comerciam e investem, com vantagens relativas e sem maiores limitações, em território paraguaio. Por sua vez, intensifica-se progressivamente a migração tanto de camponeses pobres como de agricultores abastados brasileiros rumo ao Paraguai e também ao Uruguai. Os primeiros vão em busca de melhores oportunidades de sobrevivência, os segundos vão em busca de maiores lucros, mantendo seu vínculo de dependência com a economia brasileira. Este fenômeno é tão significativo que todo um importante território fronteiriço do Brasil com aqueles dois países já começa a ser

(22) Ruy Mauro MARINI, *Subdesarrollo y revolución,* México, Siglo XXI, prefácio à quinta edição.

chamado de "Brasilguay": "Dezenas de milhares de camponeses brasileiros foram conduzidos até a margem direita do rio Paraná, nesta década. Dizem que há 150 mil numa faixa de mil quilômetros que se estende desde Bella Vista até Carlos A. López; chegam a razão de 200 por dia a estas terras absolutamente similares às com que trabalham em sua pátria"[23]. Estes camponeses vão criando um mercado brasileiro no Paraguai e formam um campo fértil para a penetração de capitais brasileiros.

Este estilo de expansão fronteiriça se parece em muitos aspectos com a expansão norte-americana no norte do México no século XIX. Uma pressão demográfica que vai abrindo caminho a uma penetração econômica progressiva. Por outro lado, as empresas brasileiras estatais abrem caminho a acordos comerciais e de investimento para o capital brasileiro, ou estrangeiro radicado no Brasil, em outros países como a Bolívia, o Equador, o Peru e o Chile. Movimentos fronteiriços de pressão demográfica e econômica se apresentam em outras regiões, particularmente na Guiana. Os investimentos de brasileiros em países africanos completam um quadro geral de uma incipiente penetração econômica internacional que se mete por zonas marginais do sistema imperialista internacional.

Crescimento econômico acelerado com forte concentração do capital nacional e internacional, tentativa de mobilização das classes médias em torno de uma grande campanha chauvinista, aumento da repressão política e cultural, política externa agressiva de exportação do "modelo de segurança e desenvolvimento" e criação de condições para a penetração de bens e investimentos do Brasil no Atlântico Sul: todos estes elementos formaram um conjunto de medidas fascistizantes que pareciam levar o Estado brasileiro a uma nova etapa, de uma ditadura militar rumo a um Estado fascista. Para coroar este esquema, tentou-se configurar em torno do general de plantão, Garrastazú Médici, uma aura carismática que permitisse sua permanência no poder e sua consagração como grande chefe nacional.

Contudo, as contradições que esta experiência fascista gerava começavam a manifestar-se de maneira brutal. Preocupados com a evolução da situação econômica e política, os no poder começaram um movimento dentro do sistema no sentido de rever os aspectos econômicos e políticos mais críticos que o regime apresentava. Roberto Campos, o mais autorizado porta-voz do grande capital internacional, e a Escola Superior de Guerra, centro ideológico do regime, haviam lançado em 1972 o debate sobre a necessidade de um modelo político para o regime. Aquele mesmo teórico e executivo publicou em 1974 um livro em co-autoria com seu discípulo e ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que ao mesmo tempo em que defendia a vigência do modelo econômico brasileiro deixava entrever as preocupações que levariam a uma nova etapa política de "descompressão gra-

(23) Idem, ibidem.

dual e revisão de alguns aspectos da política econômica". Vejamos seus argumentos. Simonsen dizia: "Nenhum país se desenvolve sem enfrentar uma série de desafios conjunturais e estruturais. Na realidade, a experiência econômica brasileira desde 1964 constitui um belo exemplo de como uma boa imaginação técnica, recheada de suficiente pragmatismo e lastreada num regime político estável, pode responder brilhantemente a estes desafios"[24].

Em seguida, o autor passa a enumerar os problemas que, a seu ver, necessitam ser solucionados nos próximos anos. Refere-se à "extensão dos benefícios do desenvolvimento às camadas mais pobres da população"; ao problema de "como financiar um crescimento do produto real da ordem de 10% anuais mantendo o equilíbrio da balança de pagamentos", pois reconhece que a condição do desenvolvimento tem sido o "endividamento externo crescente"; e, por último, destaca "o problema das microunidades de produção, a empresa privada nacional, a empresa estatal e a companhia estrangeira" reconhecendo que "neste tríptico (...) a parte mais fraca parece residir na empresa privada nacional", e admite que "as alternativas são obviamente pouco confortáveis para um país que pretenda desenvolver-se sob um regime capitalista: a estatização ou a desnacionalização"[25].

Quanto ao primeiro problema (que sem dúvida preocupa a este e a todos os teóricos burgueses, não propriamente por seu espírito filantrópico mas por seu temor da rebelião popular), depois de enunciar alguns dados sobre o desemprego no Brasil, que se baseiam em cifras que reduzem radicalmente e fenômeno, e de mencionar falsas soluções como ter de baixar a produtividade no campo para ocupar mais mão-de-obra, reconhece que no Brasil aumenta a concentração de renda nas mãos de setores minoritários, mas que constitui uma "leviandade analítica" considerar, *a priori,* que isto é culpa da atual política econômica (*sic!*). Segundo nosso teórico, a causa da concentração da renda é a baixa qualificação da mão-de-obra que leva à aceitação de salários baixos, assim como a explosão demográfica que aumenta a pressão sobre o emprego que não pode ser absorvida, gerando marginalidade econômica. E estes são seguramente fatores aleatórios ao regime! Mas nada impede de tirar sua cínica conclusão, demonstrando que se os fatos não concordam com ela, pior para os fatos: "Em suma, os ricos ficaram cada vez mais ricos, embora não prevaleça a contrapartida marxista de que os pobres tornam-se cada vez mais pobres"[26]. Finalmente, critica o distributivismo e não aponta nenhuma solução para resolver o problema, pois compreende muito bem que "o grande problema não é somente obter a melhoria da distribuição da renda, mas conciliar este objetivo com a manutenção de altas taxas de crescimento do produto real"[27]. Só desta maneira se poderiam criar novos empregos... Isto é, que os ricos sigam cada vez mais ricos, que os salários operários sigam nos níveis mais baixos, pois o distributivismo é inflacionário e prejudica a acumulação e que as forças espontâneas da economia vão incorporando novos assalariados...Então, se não se consegue um crescimento de 10% ao ano não há nenhuma possibilidade, segundo Simonsen, de gerar os empregos que "compensem" a baixa remuneração dos salários.

Quanto ao problema da balança de pagamentos, a solução que os teóricos-empresários preconizam é aumentar prioritariamente as exportações, pois isto permite uma "sadia" absorção do capital estrangeiro. Para eles, é "natural" o crescimento da dívida externa. Talvez, na época tão próxima em que se publicou essa obra – 1974 – o ministro ainda não poderia prever que a dívida externa chegaria em fins de 1975 perto de 22 mil milhões de dólares, o que significa que o país deve hoje 25 por cento de seu produto interno bruto, e que a partir de 1974 o déficit da balança de pagamentos em conta corrente subiu de 600 para 6.800 milhões de dólares, enquanto que entre 1974 a diminuição foi de 6.415 milhões para 5.207 milhões de dólares (isto é, menos 17 por cento) e de dezembro de 1974 até o primeiro semestre de 1975 caiu para 4.100 milhões de dólares (menos 22 por cento) [28]. Em fins de 1975, as reservas haviam caído para cerca de 3.000 milhões de dólares e em 1976 a perspectiva é de aumentar o "déficit" da balança de pagamentos e baixar ainda mais as reservas.

Ao lado dessas teses econômicas, o outro ex-ministro e executivo, Roberto Campos, reclamava a necessidade de se criarem as bases de uma "democracia participante com um executivo forte", que preconizava uma "reconciliação popular" para obter-se uma "institucionalização política", mas sequer esta pôde pôr-se em prática. Naturalmente o próprio Roberto Campos já tinha bastante consciência de que era necessário precaver-se "contra fórmulas fáceis e perversas, a longo prazo contraproducente de 'popularidade do regime'"[29]. Ele advertia contra os riscos do "populismo distributivista" e da "hiperexcitação nacionalista" pois podem conduzir ao aumento da pressão inflacionária e ao "expropriacionismo". Roberto Campos,

(24) *Op. cit.*, p. 175.
(25) Ibidem, pp. 175 e 176.
(26) Ibidem, p. 185.
(27) Ibidem, p. 187. Helio Jaguaribe, ideólogo do nacionalismo burguês, reconhece que "o grau de concentração da renda que resulta da política econômica em curso, longe de conduzir, gradualmente, a uma redistribuição mais equitativa da riqueza e das oportunidades econômicas, produz, ao contrário, uma forte acentuação de sua concentração. Enquanto as grandes massas, representando 70 por cento da população, percebiam em 1960 cerca de 35 por cento da renda, passaram, em 1970, a cerca de 28 por cento. Opostamente, a elite econômica, representando os 10 por cento mais elevados da população, percebia em 1960 cerca de 65 por cento da renda; hoje, percebe 72 por cento da mesma". *Brasil: crise e alternativas,* Zahar, Rio 1974, p. 65. O mesmo autor calcula que "56 por cento da população se encontra na marginalidade absoluta (capacidade de consumo restrita à alimentação básica) e 75 por cento da população, na marginalidade relativa (capacidade de consumo não superior ao estritamente necessário a atender as primeiras necessidades)", ibidem, p. 55.
(28) Veja-se M. de Carvalho, *Opinião,* 28 de agosto de 1975.
(29) *Op. cit.*, p. 233.

como lúcido burguês, é sobretudo um defensor do imperialismo... Como tal, ele sempre tem insistido na associação acionária entre o "capitalismo de Estado, a empresa estrangeira, a empresa nacional e também organizações internacionais, como a 'International Finance Corporation'"[30] e também insiste em sugerir a reorganização política que combine uma democracia autoritária em nível médio com uma cúpula corporativa, quer dizer, uma democracia com vernizes fascistas[31].

Esta era em grandes linhas a receita de Campos para uma "descompressão controlada" que deveria realizar paulatinamente o governo de Geisel. Por certo, sua estratégia estava em parte inspirada pelo preconizado por Wanderley Guilherme dos Santos, outrora esquerdista, hoje "realista" assessor da ditadura. Supunha-se que esta "descompressão", isto é, desfascistização, poderia processar-se espasmodicamente, e Campos citava este ideólogo "regenerado", o qual dizia que "urge implantar procedimentos compensatórios, de modo que simultaneamente ao abandono gradativo dos instrumentos de coerção sejam deflagrados processos de mobilização de lealdade via persuasão"[32].

No fundo, toda esta ideologia da "descompressão" não deixa de ser ingênua, porque de fato o regime tem muito pouca margem para fazer concessões de caráter popular. Era muito difícil que a receita do Sr. Wanderley Guilherme de combinar coerção com persuasão pudesse ser viável. A ditadura não tem possibilidades significativas de "mobilização da lealdade" do povo brasileiro. Ao contrário, as tendências estruturais do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro tenderão a acentuar, cada vez mais, como necessidade de sobrevivência intrínseca ao sistema, a exclusão das imensas maiorias dos frutos deste desenvolvimento; a intensificar progressivamente a já estreita vinculação das classes dominantes nativas com o imperialismo através da desnacionalização crescente da economia brasileira; de prosseguir a superexploração da classe operária através da manutenção de níveis salariais regressivos ou quando muito estanques. Tudo isso, num contexto de uma sociedade que se encontra em crise e cuja possibilidade de retomar o eufórico ritmo de crescimento econômico alcançado no último período de expansão é problemática. Dado este caráter centralizador e excludente do capitalismo dependente, não existe a possibilidade de que ocorra em suas bases uma redemocratização substantiva nem a curto, nem a médio e nem a longo prazo.

E estamos em desacordo com Fernando Henrique Cardoso no sentido de que "é um exagero supor, entrementes, que existam razões de ordem internacional, interesses de segurança nacional ou razões privadas (como a

(30) Ibidem, pp. 236, 237.
(31) Veja-se p. 256.
(32) Ibidem, p. 254.

necessidade de acumulação e de crescimento) em função das quais o Estado deva impedir as transformações políticas necessárias"[33].

Nós temos tentado demonstrar, não só no presente ensaio, mas também em outros trabalhos anteriores, que estas razões existem sim. Por isso, estamos convencidos de que não podem ocorrer no país tentativas de redemocratização senão transitórias e efêmeras, de que, definitivamente, o povo brasileiro só conhecerá a democracia e a liberdade como resultado de uma luta árdua e tenaz contra o sistema capitalista dependente e sua expressão política, o regime ditatorial. O Brasil tem, portanto, e voltamos a insistir nisso, só a alternativa entre o fascismo e o socialismo. Ou ditadura fascista ou democracia socialista, isto é, democracia para o povo e ditadura do proletariado exercida contra a minoria exploradora. Isto não significa descartar formas de governo de transição, seja de direita, na qual as tendências fascistas se impõem num processo dialético de marchas e contramarchas, como a atual ditadura militar, seja rumo à esquerda como governos de coalizão que criam uma democracia avançada, na qual o movimento popular encontra condições para organizar sua ofensiva final rumo ao poder.

Por isso, o processo de "descompressão gradativa" tentado pelo governo Geisel revelou em apenas dois anos de aplicação suas fortes e definitivas debilidades. Não apenas contou com uma grande oposição dentro do aparato do Estado – particularmente no setor repressivo policial-militar e amplas camadas da burguesia enriquecida com a especulação econômica gerada pela política irresponsável do "milagre" a todo custo – como também as tentativas de permitir uma maior manifestação política no país se expressaram na esmagadora derrota eleitoral do partido do governo frente ao da oposição permitida, a qual recebeu cerca de 70 por cento dos votos em eleições para renovação parcial de senadores em todo o país.

Os resultados eleitorais e o crescente clima de mobilização sindical e estudantil, assim como explosões de massas urbanas e camponesas de caráter espontâneo, levaram o governo a definir os limites de qualquer "abertura" possível e a iniciar, desde fins de 1974, uma repressão violenta sobre o Partido Comunista Brasileiro, setores do MDB, o movimento sindical e estudantil, a imprensa e até a polícia militar. Não faltaram ameaças ao MDB de que deveria moderar sua política oposicionista, estimulada pelo êxito eleitoral, para impedir uma radicalização das medidas repressivas do regime que poderiam levar a um novo golpe militar.

No dia 9 de outubro de 1975, o ditador de plantão, Ernesto Geisel, teve de reconhecer frente ao país a gravidade da crise econômica expressada particularmente em sua balança de pagamentos. Pretensamente para conter os fatores da crise, rompeu o monopólio estatal do petróleo (último bastião do movimento nacionalista) permitindo contratos "de risco" com empresas es-

(33) F.H. CARDOSO, *Autoritarismo e democratização*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 237.

trangeiras para a prospecção de petróleo e deixando confusa e aberta a porta para sua participação na produção do mesmo. Ao mesmo tempo, tomava fortes medidas repressivas da importação de bens de luxo e máquinas com possível substituto nacional. Deixava, não obstante, intacto o movimento de capitais e a capacidade de especulação das empresas multinacionais, principais responsáveis pelo "déficit" da balança de pagamentos. Ao mesmo tempo, aumentava-se em 25 por cento o preço do petróleo e buscava-se minimizar os evidentes efeitos inflacionários de tal medida.

O discurso e as medidas de 9 de outubro lançam o regime da "revolução gloriosa" num abismo crescente frente às massas brasileiras. Consciente da ira popular que provocariam tais medidas, o governo iniciou uma nova etapa de repressão sobre a imprensa de oposição no país, proibindo-a simplesmente de "referir-se" aos contratos de risco e às medidas anunciadas em 9 de outubro. O MDB, obrigado a lutar por sua sobrevivência como partido político de oposição apesar de ser claramente majoritário, denunciou com rara firmeza os contratos de risco e o conteúdo constinuísta do discurso presidencial que em vez de enfrentar a crise reconhecida, insiste na mesma política suicida. Sobre o MDB caiu uma chuva de impropérios, ameaças e repressões indiretas. O regime, pressionado por seus compromissos internacionais com regimes social-democratas e liberais como a Alemanha Federal, Inglaterra e França, por sua dependência do petróleo árabe e dos mercados de países como o México e a Colômbia, tem medo de adotar um claro perfil inconstitucional dissolvendo outra vez o Parlamento ou cassando mandatos maciçamente, ou simplesmente suspendendo as eleições. O exemplo recente do Chile não torna alentador um segundo golpe de Estado dentro do golpe de Estado, similar ao de 1968, ainda vigente. Mas por outro lado a nítida impopularidade do regime, o fracasso evidente do "milagre econômico" e sua dependência do crédito internacional não lhe permite enfrentar um período de agitação política crescente e aplicar um liberalismo eleitoral que levaria a sua inevitável derrota nas eleições.

Os próximos anos e meses estarão marcados por esta implacável disjunção: ou continuar o processo de liberalização que levaria inevitavelmente à perda de controle do aparato do Estado pelos golpistas de 1964 e inauguraria uma fase política de grande agitação social, política e ideológica, ou recorrer clara e abertamente à excepcionalidade de poderes assumindo integralmente o processo fascista inaugurado timidamente em 1964, retomado mais firmemente em 1968, atenuado em 1974 até fins deste ano e emergente outra vez em atos e movimentos conspirativos em processo no momento atual. Pensar que um equilíbrio entre estas duas tendências seja possível e que o país marcha para uma "redemocratização progressiva" é o mais utópico sonho pequeno-burguês, abrigado cada vez menos por alguns teóricos-ideólogos bem intencionados, mas profundamente equivocados.

Por outro lado, é claro que a história do atual regime não se decidirá nos corredores do palácios governamentais nem nas mansões dos políticos

burgueses. Serão os trabalhadores brasileiros que, em última instância, decidirão a sorte do regime militar. Serão eles que, com sua organização e consciência, obrigarão a aprofundarem-se num sentido radical as frases demagógicas pela libertação. Os ideólogos do regime têm demonstrado em várias oportunidades seu temor por essas massas exploradas e oprimidas, cujo apoio passivo se busca conquistar de alguma forma. As pequenas medidas de abertura tomadas pelo atual governo e as evidentes contradições no seio do poder foram suficientes para revelar a existência de um descontentamento generalizado e anunciar um progressivo renascimento do movimento das massas. As greves operárias e estudantis, as ocupações de terra pelos camponeses, as manifestações democráticas pela anistia, pela anulação dos atos institucionais e outras medidas repressivas, vão conformando um novo ambiente de agitação política e social, cuja intensificação é inevitável. A qualquer brecha de seus inimigos, este povo desgarrado entre suas enormes potencialidades e a repressão de seus exploradores se introduz em busca de tornar-se a personagem principal de uma história dramática que ele deverá transformar em epopéia.

IX. BIBLIOGRAFIA

ALARCÓN, Rodrigo, *Brasil: represión y tortura,* Santiago, Ed. Orbe, 1970.

AMARAL, Azevedo, *O Estado autoritário e a realidade nacional,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

ARROYO, Raimundo, "Pauperización absoluta y relativa de la clase obrera en Brasil", *Cuadernos Políticos,* México, 1976.

BAER, Werner, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil,* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BANDEIRA, Moniz, *Cartéis e desnacionalização,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____, *O governo de João Goulart,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BASBAUM, Leôncio, *História Sincera da República,* Rio de Janeiro, Zahar.

BASTOS, Abguar, *Prestes e a revolução social,* Rio de Janeiro, Calvino, 1946.

BRANDÃO LOPES, Juarez, *Desenvolvimento e mudança social no Brasil,* São Paulo, Difusão Européia do Livro.

Brasil, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Publicado entre 1930 e 1945. Importante documentação empírica e teórica sobre o período do Estado Novo.

Brasil em dados, 1975, Rio de Janeiro, Ed. Índice, 1975.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio, *História geral da civilização brasileira, São Paulo, Difusão Européia do Livro.*

CARDOSO, Fernando Henrique, Autoritarismo e democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____, *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

CARONE, Edgard, *A Primeira República,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
_____, *A Segunda República: 1930-1937, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.*
_____, *Revoluções do Brasil contemporâneo,* São Paulo, DESA, 1965.
CARVALHO PEREIRA, José Eduardo de, *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966-1973,* IPEA, 1974.
COHN, Gabriel, *Petróleo e nacionalismo,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
DIAS, Everardo, *As lutas sociais no Brasil,* São Paulo, Edição LB, 1962.
D'INCAO E MELLO, Maria Conceição, *O bóia-fria: acumulação e miséria,* Vozes, 1975.
DO COUTO E SILVA, Golbery, *Geopolítica do Brasil,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
DOS SANTOS, Theotônio, *Brasil: la evolución histórica y la crisis del milagro económico,* México, Nueva Imagen, 1978.
_____, *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano,* México, Edicol, 1978.
EINAUDI, Luigi R. & STEPHAN III, Alfred C., "Latin American institucional development", *Changing military perspectives in Peru and Brazil,* Santa Monica, The Rand Corporation, R-586-DOS, abril de 1971.
FAUSTO, Bóris, *A revolução de 1930: historiografia e história,* São Paulo, Brasiliense, 1970.
FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil,* Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
FRANK, André G., *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina,* Buenos Aires, Siglo XXI.
FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil,* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
_____, *O mito do desenvolvimento econômico,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
GOUVEA VIEIRA, José Maria, *O capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil,* São Paulo, DIFEL, 1975.
GUILHERME, Wanderley, *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil,* Rio de Janeiro, ISEB, 1963.
GUIMARÃES PASSOS, Alberto, *Quatro séculos de latifúndio,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
HARDING, T., The political history of organized labor in Brazil, Michigan, Xerox University Microfilms, Ann Arbor, 1975.
IANNI, Octávio, *Estado e capitalismo,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
_____, *Industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
IANNI, Octávio et alii, *Política e revolução social no Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
JAGUARIBE, Hélio, *Brasil: crise e alternativas,* Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
_____, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político,* Rio de Janeiro, Zohar, 1974.
_____, *Nacionalismo e desenvolvimento econômico,* Rio de Janeiro, ISEB, 1958.
JULIÃO, Francisco, *Cambão, as Ligas Camponesas,* Coimbra, Centelha, 1975.

KOVARIEK, Lúcio, *Estratégias de planejamento social,* São Paulo, CEBRAP, 1971.
KRISCHKE, Paulo, *A Igreja e as crises políticas no Brasil,* Vozes, 1978.
LANGONI, Carlos Geraldo, *As causas do crescimento econômico no Brasil,* APEC, 1974.
LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto,* Rio de Janeiro, Ed. Revista Forense, 1948.
MARINI, Ruy Mauro, *El subimperialismo brasileño,* Santiago, CESO, 1971.
_____, "La izquierda brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de classes", em *Diez años de insurrección en América Latina,* organizado por Vânia Bambirra, Santiago, PLA, 1971.
_____, *Subdesarrollo y revolución,* México, Siglo XXI, 1970.
MARTINS, Luciano, *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento,* Rio de Janeiro, Saga, 1968.
_____, *Nação e corporação multinacional,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
MICHIN, S.S., *Processo de concentração do capital no Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
MOISÉS, José Álvaro, "Current problems of the labor movement in Brazil", *Latin American Perspectives* (no prelo).
NORMANDO, J.B., *Brazil: a study of economic types,* 1935.
_____, *Evolução econômica do Brasil* (comp.), São Paulo, Ed. Nacional, 1945.
OLIVEIRA VIANNA, F.J. de, *As instituições políticas brasileiras,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.
_____, *Evolução do povo brasileiro,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
PAIM, Gilberto, *Industrialização e economia natural,* Rio de Janeiro ISEB, 1957.
PEREIRA, J.C.B., *Desenvolvimento e crise no Brasil,* Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
PEREIRA, Luís, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
PEREIRA, Osny Duarte, *Multinacionais no Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Política e trabalho no Brasil,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
PRADO JÚNIOR, Caio, *A revolução brasileira,* São Paulo, Brasiliense, 1966.
_____, *Evolução política do Brasil e outros estudos,* São Paulo, Brasiliense, 1961.
_____, *Formação do Brasil contemporâneo,* São Paulo, Brasiliense, 1945.
_____, *Histórica econômica do Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1963.
PRESTES, Luís Carlos, *Manifesto de agosto de 1950,* Rio de Janeiro, Horizonte, 1950.
_____, *União nacional para a democracia e o progresso,* Rio de Janeiro, Horizonte, 1945.
RABELLO, Genival, Brasil, país das oportunidades perdidas (s.i.)
_____, *Cartilha do dólar,* Rio de Janeiro, Gernosa, 1968.
RAMOS, Guerrero, *A crise do poder no Brasil,* Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
_____, *A redução sociológica,* Rio de Janeiro, ISEB, 1961.
RANGEL, Ignácio, *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro,* Salvador, Progresso, 1957.
RODRIGUES, José Albertino, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

SAES, Décio, *Industrialização, populismo e classe média no Brasil,* Unicamp, IFCH, n.º 9, 1976.
SANTA ROSA, Virgínio, *O sentido do tenentismo,* Rio de Janeiro, Schmidt, 1933.
SILVA, Hélio, *Sangue na areia de Copacabana,* O ciclo de Vargas (vol. 1), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
_____, *1926: a Grande Marcha,* O ciclo de Vargas (vol. II), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
_____, *1930: A revolução traída,* O ciclo de Vargas (vol. III), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
_____, *1931: Os tenentes no poder,* O ciclo de Vargas (vol. IV) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
_____, *1933: A crise do tenentismo,* O ciclo de Vargas (vol. VI), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
_____, *1932: A guerra paulista,* O ciclo de Vargas (vol. V), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
_____, *1934: A constituinte,* O ciclo de Vargas (vol. VII), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
_____, *1935: A revolta vermelha,* O ciclo de Vargas (vol. VIII), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
SIMÃO, Aziz, *Sindicato e Estado,* São Paulo, Dominus Editorial, 1966.
SIMONSEN, Mário Henrique & OLIVEIRA CAMPOS, Roberto de, *A nova economia brasileira,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
SIMONSEN, Roberto C., *Evolução industrial do Brasil,* São Paulo, Escola Livre de Sociologia, 1939.
SINGER, Paul, *Força de trabalho e emprego,* São Paulo, CEBRAP, 1971.
_____, *Urbanização e desenvolvimento,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
SKIDMORE, Thomas E., *Politics in Brazil, 1930-1964,* Londres, Oxford University Press, 1967.
SODRÉ, Nélson Werneck, *Formação da sociedade brasileira,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1946.
_____, *Formação histórica do Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1962.
_____, *O que se deve ler para conhecer o Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
SOUZA, Herbert José de & AFONSO, Carlos, *Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
SOUZA, Hervert José de & ARRUDA, Marcos, *Multinationals and Brazil,* Toronto, Laru, 1976.
SUZIGAN, Wilson, CARVALHO PEREIRA, J. Eduardo de, GUIMARÃES DE ALMEIDA, Ruy A., *Financiamento de projetos industriais no Brasil,* IPEA, 1972.
TAVARES, Maria da Conceição, "Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil", *Boletín Económico de América Latina,* 9, I, Santiago 1964, pp. 1-62.
TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José "El modelo económico brasileño", *Boletín de la Facultad Latinoamericano de Ciencias Sociales,* Santiago, 1971.

TRINDADE, Hélio, *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30),* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
VARGAS, Getúlio, *A nova política do Brasil,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, 7 vols.
VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner, *O sistema administrativo brasileiro,* Ministério da Educação, 1973.
VINHAS DE QUEIROZ, Maurício, "Os grupos multimilionários", *Revista Instituto de Ciências Sociais,* n.º 1, vol. 2, Rio de Janeiro, 1965.
WEFFORT, Francisco, "Populismo na política brasileira", *Brazil: Tempos Modernos,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
WRITH, John D., *The politics of brazilian development: 1930-1954,* Califórnia, Stafort University, 1970.